

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
UNIDADE UNIVERSITÁRIA CORA CORALINA
CURSO DE HISTÓRIA

**MARCAS NO CORPO, TATUAGENS NA ALMA: A questão da
exclusão e violência contra as mulheres na Cidade de Goiás
(1997/2009)**

Andreia Rodrigues de Souza

GOIÁS, 2º SEMESTRE, 2010

ANDREIA RODRIGUES DE SOUZA

**MARCAS NO CORPO, TATUAGENS NA ALMA: A questão da
exclusão e violência contra as mulheres na Cidade de Goiás
(1997/2009)**

Monografia apresentada ao curso de História da
Unidade Universitária Cora Coralina – UEG, como
um dos requisitos para a obtenção de grau de
licenciatura plena em História.

Orientadora: Ms. Raquel Miranda Barbosa.

GOIÁS, 2º SEMESTRE, 2010

ANDREIA RODRIGUES DE SOUZA

**MARCAS NO CORPO, TATUAGENS NA ALMA: A questão da
exclusão e violência contra as mulheres na Cidade de Goiás
(1997/2009)**

Monografia apresentada ao curso de História da
Unidade Universitária Cora Coralina – UEG, como
um dos requisitos para a obtenção de grau de
licenciatura plena em História.

Aprovada em: 23/11/2010

Banca examinadora

Ms. Raquel Miranda Barbosa

Dr. Rafael Saddi

Dra. Maria Meire de Carvalho

A todas as mulheres que foram ou são vítimas da exclusão social e violência doméstica.

AGRADECIMENTOS

Meus sinceros agradecimentos ao meu esposo, que esteve ao meu lado nessa trajetória, a minha orientadora e a todos que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho.

Neste instante da minha vida
eu não sei o que há, parece
que o meu coração não consegue funcionar.

São tantas dores, tantas decepções,
só mágoas que tentam apagar até mesmo as batidas do
meu pobre coração.

Nunca fui feliz e não sei se serei, mas de mágoas e
lágrimas passadas sempre me lembrarei.

A vida é uma só e não há o que falar.
Só sei que estou muito triste!
E as feridas de minha alma, talvez somente o tempo
consiga apagar.

(Uma mulher que foi vítima da violência doméstica).

RESUMO

MARCAS NO CORPO, TATUAGENS NA ALMA: a questão da exclusão e violência contra a mulher na cidade de Goiás (1997/2009)

Este trabalho é fruto de uma pesquisa inicial sobre a questão da violência contra as mulheres na cidade de Goiás que não acontece apenas nos dias de hoje. Esta questão já é histórica e possui pesquisas recentes sobre este “velado” objeto que margeia as questões sociais nesta cidade desde o século XIX. Pensar neste tema é um desafio social, histórico e também científico, pois existem tabus muito visíveis às pesquisas de campo já realizadas. Estas pesquisas também sustentam a discussão problemática deste objeto. Por ser um tema que toca algo muito sensível esbarramos na obscuridade das fontes e no desafiador diálogo deste tema com outras áreas do conhecimento como as ciências sociais aplicadas (direito), a sociologia e a psicologia. Propor-nos a discussão deste tema é preciso pensar na perspectiva social que é também de responsabilidade da academia e da ciências que se debruçam sobre a História.

Palavras chave: **Violência, Mulheres, Cidade de Goiás e Marginalidade .**

ABSTRACT

MARKS ON THE BODY, TATTOOS IN THE SOUL: the issue of exclusion and violence against women in the city of Goiás (1997/2009)

This work is the result of an initial research on the issue of violence against women in the city of Goiás, a phenomenon that doesn't concern only today. Recent historical researches already tackled this veiled object that borders the social issues in this city since the nineteenth century. To think about this issue is a social, historical and also scientific challenge, because there are very visible taboos registered by researches in the field, that confirm the problematic nature of this object. Because it is a subject that touches a very sensitive theme, we stumble in the obscurity of the sources and in the challenging dialogue with other areas of knowledge as applied social sciences discourse (law), sociology and psychology. Proposing the discussion of this subject, we need also to think from a social perspective which is also the responsibility of academia and the sciences that focus on history.

Keywords: Violence, Women, City of Goiás and Marginalization.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 Grau de parentesco entre agressor e vítima	39
Gráfico 2 O tipo de agressão que as vítimas sofreram entre 1997/2007	40
Gráfico 3 O tipo de agressão que as vítimas sofreram entre 1997/2009	40
Gráfico 4 Conhece a lei Maria da Penha?	43
Gráfico 5 Conhece alguém que foi punido?	43
Gráfico 6 A lei realmente pune o agressor?	44

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NA CIDADE DE GOIÁS: tradição, casamento ou dominação masculina?	12
1.1 As relações matrimoniais em Goiás: A permanência de um domínio patriarcal?	14
1.2 A violência contra as mulheres sob o olhar da dominação masculina	21
1.3 As mulheres na sociedade vilaboense: múltiplos olhares	24
CAPÍTULO II AS VOZES FEMININAS ECOAM DA POPULAÇÃO ROMPENDO COM O SILÊNCIO	32
2.1. Algumas abordagens sobre a violência contra as mulheres vilaboenses	33
2.2 Lei Maria da Penha, sua divulgação e eficácia na sociedade local	37
2.3 As mudanças positivas e a verificação de que ainda há muito para mudar	45
2.4 Discutir sobre a violência contra as mulheres seria mesmo uma questão ultrapassada	46
CAPÍTULO III ROMPENDO BARREIRAS: A ORALIDADE COMO FORMA DE COMPREENDER OS MOTIVOS QUE AINDA LEVAM MUITAS MULHERES A SEREM VÍTIMAS DA CHAMADA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, OU DA VIOLÊNCIA EM SEUS AMPLOS ASPECTOS	50
3.1. Desabafo e a coragem de falar quando se deseja esquecer	51
3.2. Marcas para além do visível	56
3.3. Um convívio difícil: dor, silêncio e denúncia	60
CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
REFERÊNCIAS	69
ANEXOS	72

INTRODUÇÃO

Marcas no Corpo, Tatuagens na Alma: A questão da exclusão e violência contra as mulheres na Cidade de Goiás (1997/2009) é uma inicial pesquisa, resultado de um anseio de se abordar um tema ainda visivelmente velado, mesmo nos dias atuais.

A elaboração do presente trabalho contou com o apoio de referências teóricas e trabalho de campo, abrangendo fontes diversas. O mesmo possui algumas questões que o norteia, são objetivos que procuram levar o leitor a refletir sobre a condição feminina e as violências que ainda rondam suas vidas. São tecidas reflexões sobre o porquê de nos dias atuais muitas mulheres são submetidas a situações de violência doméstica, quais seus agressores, o porquê do silêncio em torno da questão entre outras Problematisações.

O trabalho é dividido em três capítulos, no primeiro, são abordadas as dificuldades para se escrever sobre o tema, posteriormente é trago para o cenário a importância das mudanças ocorridas nos paradigmas da história, ressaltando a contribuição da História Cultural, dos Annales, do Movimento Feminista e da Nova História para a possibilidade de se discutir o presente tema.

Ainda no mesmo capítulo, será discutida a questão da tradição, dominação masculina, relações matrimoniais em Goiás e os múltiplos olhares que se estenderam às mulheres ao longo dos tempos. Será tecida uma relação entre Cora Coralina e Consuelo Caiado, duas mulheres que viveram na Cidade de Goiás e que se enquadraram ou não no modelo de “ideal feminino” defendido pelos padrões vigentes na época.

O segundo capítulo será pautado em dados de trabalho de campo realizado pelo projeto: Omissão Social e Violação dos direitos Humanos nas relações Domésticas e Familiares na Cidade de Goiás, (1997/2007), pela FAPEG (Fundação de Amparo a Pesquisa em Goiás). Portanto, serão apresentados dados oriundos de 472 questionários aplicados com a população da cidade, a voz daqueles que atuam nas duas delegacias, sendo a Delegacia Regional de Polícia Civil e a Delegacia Municipal de Polícia e a representação do poder judiciário pelo juiz de direito titular da 2ª vara da Comarca da Cidade de Goiás.

Este capítulo realizará um diálogo entre esses dados, a Lei Maria da Penha e algumas leituras que contribuirão para dar uma melhor visibilidade e trazer a tona algumas abordagens

sobre a questão da violência contra as mulheres na Cidade de Goiás. Será abordado sobre as mudanças positivas e a verificação de que ainda há muito para mudar. O mesmo se encerra com um tópico que é na verdade uma reflexão que questiona o seguinte: Discutir sobre a violência contra as mulheres seria mesmo uma questão ultrapassada?

O terceiro e último capítulo trás a oralidade como forma de se compreender os motivos que ainda levam muitas mulheres a serem vítimas de violência, sobretudo da violência doméstica. Portanto, neste sentido será constituído em torno de duas entrevistas com mulheres que foram vítimas da violência doméstica na Cidade de Goiás, no período delimitado pelo tema. O desabafo dessas mulheres é que darão suporte para este capítulo, além é claro, de leituras que darão sustentabilidade aos objetivos propostos no mesmo.

As razões que geraram a escrita deste trabalho foram inquietações que surgem ao voltarmos nossa atenção para as discrepâncias que ainda circunscreve -se em nossa sociedade, que, aliás, se orgulha em se sentir se “moderna e civilizada”. Os possíveis resultados alcançados possui o objetivo de alertar para o fato de que o tema proposto possui raízes históricas e que o mesmo carece ainda de mais estudos e atenção da forma como nos propusemos.

CAPÍTULO I

VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NA CIDADE DE GOIÁS: tradição, casamento ou dominação masculina?

Que corpo é este que me impõe uma identidade, um lugar no mundo, que me conduz no labirinto das normas e valores sociais/morais? Que corpo é este que eu habito, cuja imagem invertida reflete o olhar-espelho dos outros? Que corpo é este, afinal, que sendo apenas um, pode tornar-se dois, ocupando o mesmo lugar no espaço? [...] (SWAIN, 2000, p.47).

O presente capítulo iniciará uma discussão sobre a violência doméstica contra as mulheres na Cidade de Goiás, tema que, aliás, não é uma especificidade deste local, mas como se sabe é muito presente em todo o país.

O objetivo do mesmo é tentar compreender porque ainda nos dias atuais muitas mulheres são submetidas à violência doméstica. Violência esta, que vai bem além dos aspectos físicos e que pode se manifestar de várias formas seja no aspecto físico, moral, simbólico ou psicológico.

É visível que a tradição do casamento ainda é muito presente em nossa cultura, e o matrimônio para um número substancial de pessoas carrega um valor muito grande que “não pode ser desfeito”. Mas esse zelo e preservação encobrem que,

Essas histórias, familiares clássicas não mencionam que há coisas em jogo além da liberdade. A dominação dos homens sobre as mulheres e o direito masculino de acesso sexual regular a elas estão em questão na formulação do pacto original. O contrato social é uma história de liberdade; o contrato sexual é uma história de sujeição. O contrato original cria ambas, a liberdade e a dominação. A liberdade do homem e a sujeição da mulher derivam do contrato original e o sentido da liberdade civil não pode ser compreendido sem a metade perdida da história que revela como o direito patriarcal dos homens sobre as mulheres é criado pelo contrato. A liberdade civil não é universal, é um atributo masculino e depende do direito patriarcal [...] (PATEMAN, 1993, p.16/17).

Pode-se analisar, o casamento como um contrato, que, aliás, traz implícito algumas afirmações ou delegações que em última instância colocaria a mulher em uma situação de sujeição. Ocorrendo, neste caso, a dominação masculina perpetuada pelos moldes históricos e culturais. Uma dominação que em muitos casos gera a violência doméstica. Portanto,

[...] Realmente creio que, se a unidade doméstica é um dos lugares em que a dominação masculina se manifesta de maneira mais indiscutível (e não só através do recurso à violência física), o princípio de perpetuação das relações de força materiais e simbólicas que aí se exercem se coloca essencialmente fora desta unidade, em instâncias como a Igreja, a Escola, ou o Estado e em suas ações propriamente políticas, declaradas ou escondidas, oficiais ou oficiosas (basta para nos convencermos disto, observar, na realidade imediata, as reações e as resistências ao projeto de contrato de união social). (BOURDIEU, 2005, p.138).

Fica claro que não há a possibilidade de fazer uma análise da unidade doméstica sem procurar situá-la num universo mais amplo e complexo. E dentro deste universo, se encontra uma série de discursos e instâncias que se exercem sobre o lar. Podemos perceber essas situações, como as mencionadas acima, que a Igreja, o Estado e a Escola possuem grandes poderes e influências na vida e no comportamento das pessoas. Mas,

[...] Entretanto, enfatizar que a dominação patriarcal surge de um contrato não implica pressupor que as mulheres simplesmente aceitaram a sua condição. Ao contrário, a compreensão de como o contrato é apresentado como liberdade e antipatriarcalismo, como é um importante mecanismo através do qual o direito sexual é renovado e mantido, só é possível porque as mulheres (e alguns homens) têm resistido e criticado as relações patriarcais desde o século XVII [...] ((PATEMAN, 1993, p. 33/34).

Como se evidencia, muitas críticas já foram tecidas a esse respeito. O casamento que ainda é algo tão defendido, sobretudo nos meios religiosos, obedece aos princípios morais que provavelmente impedem uma percepção de que é neste, que na maioria das vezes se instala e se realiza a violência doméstica.

Para se compreender a situação das mulheres no período delimitado por essa pesquisa, evidentemente não basta apenas fazer uma análise do presente, mas estabelecer uma diacronia com seu passado na cidade de Goiás, e também no Brasil. Pois nada surge de uma noite para o dia, sendo assim, é forçoso trazer à tona esse passado, pois é a partir da análise dele, que melhor se pode debater sobre este assunto no presente. Pois, é a partir de passos já iniciados no que tange a temática, é que hoje sabemos um pouco mais da história das mulheres no Brasil e no mundo. Sendo assim:

A importação da metrópole de um discurso moralizador sobre o uso dos corpos instala-se na Terra de Santa Cruz de par com o desejo de cristianização e difusão da fé católica, bem como a ânsia do sistema mercantil de constituir contingentes populacionais que habitassem as novas terras. A idéia de adestrar a sexualidade dentro do tálamo conjugal decorre do interesse de fazer da família o eixo irradiador

da moral cristã [...] O discurso sobre o uso dos corpos femininos e seus prazeres, imposto de cima para baixo, sobretudo a partir do século XVII, expressa -se através de uma apologia que lisonjeia a mulher para melhor submetê-la [...] (PRIORE, 1994, p. 16).

Portanto, ao analisar a sociedade vilaboense¹, percebe-se que ainda hoje, existe a presença de um forte moralismo e a tradição do matrimônio está muito arraigada em seu seio. E, em se tratando da violência contra as mulheres, percebe-se que é nesse bojo que ela mais se configura e se silencia.

1.1 As relações matrimoniais em Goiás: A permanência de um domínio patriarcal?

Ousar escrever sobre a violência contra as mulheres na Cidade de Goiás não é tão simples como talvez possa parecer. Este é um assunto polêmico, um assunto silenciado, que incomoda a muitos e para trazê-lo para uma discussão, geralmente existe as críticas, as resistências e quem decide escrever sobre isso pode ser tachado de “louco”, e muitas vezes no próprio meio acadêmico não se encontra uma abertura para se debater questões relacionadas ao tema. Muitas vezes, nesse próprio meio é desencorajado a suscitar tais problemáticas. Agora, se nesse meio é assim, imagine então o trato que tal assunto recebe na sociedade como um todo.

Vale ressaltar, que o objetivo deste trabalho de forma alguma é aguçar as diferenças entre mulheres e homens. Nem tampouco, visa fazer generalizações, reducionismos ou cair no senso comum, entretanto, quando se trata de grupos marginalizados ou excluídos da história ao longo dos tempos, vale levar em conta os vários outros grupos, de diferentes partes do mundo, que sofreram e ainda sofrem com as exclusões, os estereótipos e outras hostilidades aparentes e não aparentes como é o caso do objeto em estudo.

Os exemplos destas formas de violência podem ser facilmente aqui elencados, pois os negros, os obesos, os pobres, os homossexuais, as lésbicas, os hippies, os anões e uma infinidade de outros grupos sofrem com maiores ou menores cargas de preconceito dependendo do grupo ou valores culturais vigentes na sociedade na qual estão inseridos. Mas neste trabalho, o recorte escolhido diz respeito à violência contra as mulheres que representam

¹ Termo designado para se referir às pessoas que vivem na Cidade de Goiás, antiga Vila Boa.

uma parcela significativa deste grupo de excluídos e com raízes históricas como afirma Perrot (2006).

Então, procurar mostrar que a despeito de todas as mudanças positivas para as mulheres, muita coisa ainda precisa ser feita para que estas possam gozar dos mesmos direitos e privilégios que os homens. Para ser válida a afirmação do Artigo 5º da Constituição² brasileira, onde diz que todos são iguais perante as leis em direitos e obrigações muitas reflexões ainda precisam ser cuidadosamente tecidas. Pois,

[...] Como se sabe, as leis são fontes de esperança, mas não fazem milagres, visto que a realidade social não muda por um simples passo de mágica. Nesse sentido, elas são pontos de partida para que a realidade seja repensada e que, com base em sua aplicação, avanços sejam alcançados [...] (MARÇAL, 2001. p. 16).

Muitas são as afirmações de que hoje em dia as coisas são bem melhores. Que vivemos em uma sociedade democrática, onde os indivíduos são livres e que temos as leis e o direito para nos assegurar garantias. Talvez seja necessário tecermos reflexões mais densas sobre a ideia de liberdade que possuímos e como é bem assinalado acima, as leis de fato existem, mas elas não fazem milagres. Pois de fato se fizessem, muitas coisas no Brasil e no mundo, não estariam em situações tão deploráveis.

O fato, é que ao se fazer uma leitura da sociedade vilaboense, percebe-se que este micro cosmo, reproduz uma série de outras formas de violências espalhadas pelos mais diversos espaços sociais, que ainda há certo domínio patriarcal muito mais forte do que muitos são levados a pensar. É claro, que em momento algum se deve fazer generalizações. Pois algumas mulheres há um bom tempo vem assumindo a frente da família, trabalham e vivem independentes de recursos de parceiros masculinos. Mas o fato, é que os estereótipos que giram em torno dessas mulheres, levam a perceber que:

Durante o processo de formação da identidade feminina são encontradas: a visão biológica, que define a mulher como inferior ao homem do ponto de vista da força física; a visão religiosa que identifica a mulher como subproduto do homem, já que foi criada a partir da costela de Adão; e, por fim, a visão cultural, que define um campo específico para a atividade feminina e outro, privilegiado, para a atividade masculina. Todos esses argumentos, na sua maioria pseudocientíficos, prestam-se a construir uma identidade negativa para a mulher e, a partir de então, justificar os diversos níveis de subordinação e opressão a que as mulheres estão submetidas e a

² Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo -se aos brasileiros e aos estrangeiros [...] a inviolabilidade do direito á vida, à liberdade, à igualdade [...]

promover, nelas, a aceitação de um papel subordinado socialmente. Toda essa construção da figura feminina tem origem na formação da sociedade cristã, vez que em tal contexto a mulher sempre esteve ligada a um ambíguo estereótipo sob o qual ao mesmo tempo em que a mulher é considerada como “Santa” é, também, considerada “Pecadora” em potencial ou de fato, conforme o comportamento incorporado por ela. (CAMPOS, 2002. p.23).

Notamos que quase sem sombras de dúvidas, essa imagem negativa sobre a mulher, que se construiu, histórica e culturalmente ainda prevalece na sociedade contemporânea, sobretudo em cidades do interior, como é o caso da Cidade de Goiás, espaço onde transcorreremos análises mais coerentes com as colocações até aqui levantadas.

Provavelmente, o ritmo das mudanças nas cidades interioranas é muito mais lento e gradual do que nas grandes cidades. É fato que as mudanças positivas em torno das mulheres chegaram. Mas não ainda de uma maneira que seja uniforme ou satisfatória. Um número considerável de coisas ainda precisa mudar para se dizer que as coisas estão bem, ou pelo menos que estão um pouco melhores.

Percebemos que com o passar dos séculos foram acontecendo mudanças no Brasil, dentre as quais, o destaque das mulheres no ramo profissional, a sua maior presença no cenário público, a presença de mulheres chefes de família e ocupando cargos até então reservados somente aos homens. O que é claro, é que em diversos momentos da História, de formas distintas e com muitas lutas as mulheres vêm rompendo com muitos dogmas pré-estabelecidos para elas. Sobretudo com as mudanças paradigmáticas e com o movimento feminista.

Vale ainda salientar, que foram as transformações sociais ocorridas e as mudanças paradigmáticas, as releituras teóricas dos últimos anos é que possibilitou a abertura de novos campos temáticos, surgem às diversas possibilidades de temas, que antes, com a História positivista, simplesmente não eram focados. Pois como se sabe, a História positivista possui um caráter mais universal, ela se volta para os grandes heróis, os grandes momentos políticos e isso justificam a denominação dada por muitos de História “vista de cima”. Mas, felizmente:

[...] A grande reviravolta da história nas últimas décadas, debruçando-se sobre temáticas e grupos sociais até então excluídos do seu interesse, contribuiu para o desenvolvimento de estudo sobre as mulheres. Fundamental nesse particular é o vulto assumido pela história cultural, preocupada com as identidades coletivas de uma ampla variedade de grupos sociais: os operários, os camponeses, escravos e pessoas comuns. Pluralizam-se os objetos da investigação histórica, e nesse bojo, as

mulheres são alçadas a condição de objeto e sujeito da história [...] (SOHEIT, 1997 p. 275).

Sendo assim, como fica bem claro, a História Cultural contribuiu de forma significativa para a ampliação dos sujeitos e objetos da História. Surge, portanto, a que muitos denominam de história “vista de baixo”, ou seja, a Nova História. Aquela que não mais busca a neutralidade, e que com “imparcialidade” do pesquisador, tenta, através de documentos oficiais, provarem “verdades”. Mas essa Nova História se volta para uma infinita multiplicidade de objetos da história, ela reconhece a subjetividade do pesquisador, nega que as fontes históricas sejam somente escritas e oficiais e não aceitam a ideia de que os documentos falem por si mesmos, mas reconhecem que os documentos precisam ser interrogados para assim, a partir dele retirar as informações sobre a sociedade, o imaginário, o contexto e o meio onde está inserido.

Convém ainda lembrar que também os *Annales* deram um grande impulso para as novas perspectivas da historiografia e abriram caminhos para a inserção das mulheres. Mas o feminino ganhou espaço principalmente após,

[...] A onda do movimento feminista, ocorrida a partir dos anos 60, contribuiu ainda mais, para o surgimento da história das mulheres nos Estados Unidos, onde se desencadeou o referido movimento, bem como em outras partes do mundo nas quais este se apresentou, as reivindicações das mulheres provocaram uma forte demanda de informações, pelos estudantes, sobre as questões que estavam sendo discutidas. Ao mesmo tempo, docentes mobilizaram-se propondo a instauração de cursos nas universidades dedicados ao estudo das mulheres [...] Multiplicaram-se as pesquisas, tornando-se a história das Mulheres, dessa forma, um campo relativamente reconhecido em nível institucional [...] (SOHEIT, 1997p. 276).

Todas essas considerações são necessárias para mostrar, que foi graças à abertura para os novos campos da História, que principalmente na década de 70, a historiografia brasileira começou tratar de abordagens sobre o feminino de forma mais concisa e abrangente. E foi graças a essas mudanças é que hoje há a possibilidade de trabalhos como estes e serem sendo escritos. Portanto,

A história da mulher, que tornou visível o que estava esquecido ou mesmo despercebido, tem no Brasil suas pioneiras. Miriam Moreira Leite, Maria Odila Silva Dias e Maria Beatriz Nizza da Silva marcaram a produção historiográfica com trabalhos notáveis e o ineditismo das fontes com que lidaram. A iconografia e a fotografia, os relatos de viajantes estrangeiros, os processos civis e criminais, a tradição oral, a documentação eclesástica foram por estas brilhantes autoras

diagnosticados e interpretados, introduzindo-nos no mundo feminino da casa, do trabalho, do casamento e da família ao longo do século XIX. (PRIORE, 1994, p. 13/14).

Essa reviravolta na história pode ser encarada como muito positiva para as novas e diversas possibilidades de pesquisa, pois assim, com certeza se pode conhecer mais do público feminino, que apesar de ser tão expressivo, por séculos fic ou opaco e assim como vários outros grupos excluídos, ficaram à margem da história oficial.

Neste sentido, Nogueira (2004) vem tratar da feminização no mundo do trabalho, onde vai mostrar que através do impulsionamento dado ao capitalismo, sobretudo com a implementação da industrialização, a mulher consegue adentrar no mercado de trabalho. Mas mesmo assim, vem havendo, desde então, uma subalternização e precarização do trabalho feminino,

[...] Portanto, a força de trabalho feminina não era só relacionada com empregos precários... Como vimos, o mundo do trabalho acentuou profundamente a divisão sexual do trabalho, reservando para as mulheres espaços específicos que na maioria das vezes, se caracterizavam pela inferioridade hierárquica, pelos salários menores e por atividades adaptadas às suas capacidades inatas [...] (NOGUEIRA, 2004 p. 18).

Como se sabe, mesmo que de forma precária, em algumas regiões do país as mulheres começaram a adentrar nos trabalhos fabris e através dele sair com mais frequência do espaço privado para o meio público. Mas em cidades do interior, onde o capitalismo não teve todo esse desenvolvimento e que até hoje não existem indústrias ou fábricas como é o caso da Cidade de Goiás, o assunto é ainda mais complexo e se deve analisar com cuidado, procurando levar em conta as especificidades da própria região. Pois esta é uma cidade, onde a modernização e industrialização não acompanharam o ritmo acelerado de outras regiões.

Segundo Silva (2009) ao escrever sobre o Catolicismo e o Casamento Civil em Goiás, 1860-1920, a partir de pesquisa feita em cartórios locais, no arquivo da Fundação Frei Simão Dorvi e no arquivo da Cúria Diocesana nos apresenta uma interessante explanação de tamanhas resistências por parte da Igreja Católica contra a instauração do casamento civil. Esse assunto que hoje parece banal gerou inúmeros conflitos e indispuseram muitos liberais e conservadores. Fica claro que nesse período, havia um grande número de emancipados e pessoas vivendo em concubinatos e tanto estes como o casamento civil eram combatidos pela Igreja Católica. O interessante é que ao mesmo tempo em que a Igreja condenava essas

relações, alguns padres renomados tiveram filhos e até os reconheceram em testamentos ³, mas quanto a isso há um silêncio tão grande. Sendo assim, se pode questionar até onde chega o poder da moral.

O casamento religioso era tão pregado pela a Igreja que,

Alguns casamentos se realizaram por motivo de doença dos noivos [...] Em um único caso inclusive, aproveita-se a ocasião para reconhecer a filha tida antes do matrimônio. Na maior parte, porém, os pretendentes encontravam-se gravemente enfermos e, por isso, pediam a celebração do sacramento do matrimônio. Esses motivos indicam que essas pessoas cumpriram no último instante de vida a s regras instituídas pela Igreja. (SILVA, 2009. p. 120).

O que se percebe é que mesmo com a lei que regulamentava o casamento civil e com a inserção desses na vida das pessoas, o casamento religioso não deixou de existir, e para Silva (2009), houve também um número considerável de casamento endogâmico ⁴, que, aliás, era uma forma que expressava interesses econômicos e políticos,

As regras sociais, estabelecidas entre grupos que participaram da vida política na Cidade de Goiás, apontavam para os casamentos endogâmicos. Casar no mesmo grupo familiar foi a maneira conveniente para manter os interesses entre iguais e entre famílias de prestígio político regional. (SILVA, 2009. p.143).

É interessante notar, que conforme a autora anterior havia uma série de restrições quanto aos meses e datas para a realização da cerimônia, contudo, em alguns casos de famílias abastadas, a Igreja fazia concessões. Portanto, com relação à idade, segundo a pesquisa da autora, o maior número de casamentos entre as mulheres era geralmente entre 15 e 20 anos. O que se pode analisar, é que elas se casavam ainda muito jovens e certamente desde já, assumiriam as responsabilidades de donas de casa, esposas e mães como eram os padrões requeridos socialmente das mulheres naquela época.

Mas, voltando a falar de casamento civil,

Enfim, tanto o casamento civil quanto o religioso desencadearam discórdias entre os eclesiásticos e civis, mas nenhum dos dois deixou de existir em Goiás, como se confirma nos dados quantitativos aqui apresentados. O resultado de tudo isso, foi

³ Alguns destes testamentos se encontram no Cartório do Batista, situado em frente à Praça do Coreto no centro da Cidade.

⁴ Expressão utilizada para se referir a casamentos entre pessoas de uma mesma família

que no futuro, a Igreja e o Estado se reconciliariam, encamparam novos projetos e continuaram a realização das uniões conjugais. (SILVA, 2009. p.153).

Nota-se que ambas as formas de casamento existem até hoje. Pois, mesmo sabendo que podem se casar apenas no civil, a grande maioria dos casais realiza também a cerimônia no religioso, com vestido de noiva e todo o figurino e ritual cobrado pelas representações sociais. E ainda hoje, a sociedade vilaboense cobra para que a meni na ao se tornar moça, namore, se case e tenha filhos, caso ela fuja disso, será constantemente questionada.

E embora haja casais que se divorciaram, em Goiás quase em regra geral, o casamento é ainda um valor e algo que deve se manter apesar de todas as dificuldades conjugais entre o casal. Muitas mulheres ainda sonham em se casar vestidas de noivas, mas esse sonho seria mesmo da pessoa, ou o imaginário social as faria crer que sonham com isto? E infelizmente, geralmente são nessas uniões consideradas sagradas e estáveis que a dominação masculina se impõe e que na maioria das vezes acontece a chamada violência doméstica. E caso o casal se divorcie, o olhar discriminador recai sobre a mulher, aquela que se torna apontada, julgada e vista sob uma infinidade de estereótipos por parte desta sociedade que exclui, apedreja e que muitas vezes age de forma cruel quando as pessoas estão nos momentos mais difíceis de suas vidas. Como se evidencia,

Não, as pessoas pensam assim, não, tá separada né, vai dar de cima, dos homens casados. O homem não, o homem separou hoje, amanhã ele é o mesmo homem, ali na frente ali, ele sacode a poeira, é a mesma coisa. A mulher não, a mulher tem que se resguardar muito porque mesmo você se resguardando, ainda tem muitos engraçadinhos que fala ainda de você.⁵

E neste contexto de exclusão e normatização de papéis, as instituições religiosas, escolares entre outras, ainda não contribuem de forma a acolher todos os seres humanos como iguais conforme prega a Bíblia e a Constituição brasileira. É necessário que as pessoas sejam tratadas com direitos iguais, mas levando em conta as diferenças, mas não diferenças que os separe, mas que os tornem seres humanos com identidades e especificidades próprias.

E diante de todo esse panorama, não são poucos os esforços para se tentar fazer parecer que em Goiás não existe violência contra as mulheres. Mas seria isso verdade? Sustentados em quê? Em quais argumentos estariam sendo realizados?

⁵ Entrevista realizada com Cristina, realizada em Outubro de 2010 (nome fictício).

De acordo com o que se verifica na abordagem de Nogueira (2004) é que a mulher era considerada “frágil”, “delicada” e que, portanto, deveria assumir um trabalho condizente com as suas “frágeis capacidades”. Esse discurso serviu e ainda serve para que muitas mulheres pelo Brasil afora continue ganhando menos que os homens, mesmo quando essas exercem os mesmos trabalhos. E esse fato pode ser comprovado através de leituras de vários autores, jornais, revistas, internet, ou simplesmente fazendo uma boa análise da nossa sociedade. Embora o que se acontece, é que as pessoas foram ao longo dos tempos condicionadas a “tapar o sol com a peneira”⁶ e fingir que tudo está muito bem, que as coisas estão nos seus devidos lugares e nestes devem permanecer.

1.2 A violência contra as mulheres sob o olhar da dominação masculina

Falar sobre machismo, para muitas pessoas é um assunto que incomoda, e, para alguns tal discussão é um assunto ultrapassado. Mas seria mesmo ultrapassado discutir sobre algo que ainda está muito presente no seio de tal sociedade? Talvez fosse redundante e ultrapassado tentar convencer de que a terra é redonda, quando se não todos, pelo menos uma esmagadora maioria já está consciente disso. Agora, tratar de questões que a despeito de todas as leis e mudanças ainda não foram dissipadas, não seria em nada ultrapassado.

Seria muito comum ouvir por diversos lugares e, inclusive na Cidade de Goiás, comentários do tipo: “*as mulheres estão tomando o nosso lugar*”. Mas será que as pessoas já nascem ocupando cargos ou espaços de trabalho específicos na sociedade?

Na realidade, falta a consciência de que ninguém toma o lugar de ninguém, pois se vagarosamente as mulheres estão conseguindo sobressair é sem sombras de dúvidas porque estão esforçando mais, dedicando mais e estão realmente correndo atrás de seus objetivos e com muita determinação, rompendo barreiras. Mas isso, de forma alguma faz delas usurpadoras de nada.

Se formos parar um momento para analisar a representação política no Brasil e da Cidade de Goiás, iremos perceber que embora venha ocorrendo tentativas, ainda não tivemos uma representação feminina em cargos no poder executivo, e,

⁶ Expressão de ditos populares.

O encontro de mulheres parlamentares em Brasília reforçou o desejo de se ter um quadro político mais feminino no Brasil. O evento realizado pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República em parceria com as bancadas femininas da Câmara e do Senado Federal e com apoio da Secretaria de Mulheres da União Nacional dos Legislativos Estaduais (Unale) reuniu cerca de 30 deputadas estaduais, mobilizadas pela Unale; deputadas federais e senadoras, além de 280 gestoras de políticas para mulheres de todo o país. Foi um momento em que todas nós chegamos a conclusão da necessidade urgente de ampliar a nossa participação no cenário político, afinal, somos mais de 50% da população (De acordo com a Síntese de Indicadores Sociais do IBGE - 2007, a população brasileira em 2006 era de 187,2 milhões de habitantes. Desse total, 96 milhões eram mulheres). (TEJOTA, 2009)⁷

O maior pretexto desta incoerência, já que a mulher exerce cargos no legislativo, seria segundo os populares, a argumentação de que as mulheres também votam e se o número de mulheres na política é pequeno, a culpa seria assim das próprias mulheres, uma vez que estas são a maioria na população. A grande questão é que muitos não se dão conta de que o machismo está impregnado no imaginário social e que também é cultural, sendo assim, é evidente que de fato muitas mulheres acabam assimilando essas noções condicionantes. Portanto,

Embora as concepções relativas à mulher façam parte de um modelo de dominação, são concomitantemente interiorizadas pelas próprias mulheres. Alguns exemplos podem ser citados em relação à proibição que algumas mulheres imprimem ao seu corpo, como não entrar na água fria (pelo temor da “suspensão”), evitar alguns tipos de alimentos, atribuir algum mal-estar como cansaço ou dores de cabeça, por estarem “naqueles dias” ou até mesmo alterações de humor. (BRUHNS, 1995, p. 79).

Como se evidencia, as mulheres também estão inseridas nesta cultura, portanto é claro que vão assimilar e por vezes até repetir essas construções e convenções culturais. A exemplo disso tomamos a sociedade vilaboense que é ainda bastante tradicional; sendo que a questão da moral e da honra são valores que estão intrínsecos nesta sociedade, pois vê-se com muita frequência, especialmente, entre os mais humildes, expressões como: “homem não chora” ou “jeito de homem” ou “azul de menino e rosa de menina” separando drasticamente fronteiras entre a fragilidade de ser mulher em detrimento ao homem. Em análise desta realidade em uma escola local, percebemos que estas afirmações existem, persistem e que continuam sendo repetidas pelas crianças em seu meio social.

⁷ Artigo da deputada Betinha Tejota, publicado no jornal Diário da Manhã, edição de 06/09/2009. Extraído da Assembléia Legislativa do Estado de Goiás, 08 de Setembro de 2009.

Esse é apenas alguns dos exemplos dessa dicotomia que acaba por perpetuar ou acirrar a questão do machismo e a construção cultural dos corpos. Romero (1995, P.246) ressalta que as atitudes, os hábitos e os valores são apreendidos na família em primeira instância, e logo a seguir em grupos de iguais. O que se aprende é que a família é o grupo responsável pela base do indivíduo nesse processo de condicioná-lo a um determinado padrão segundo o seu sexo. E o discurso religioso acaba por reforçar o conceito de família monogâmica baseada no princípio do predomínio do homem e cuja finalidade era traduzida pela procriação dos filhos. Romero (1995, p, 250).

Fica muito claro, que todas as sociedades criam padrões e muitas vezes impõem esses padrões como normas que devem ser seguidas à risca e caso algum indivíduo procure fugir destas normas, ele sofrerá formas de coerção. Como aponta Berger (1986),

[...] Em qualquer sociedade normal a violência é utilizada com parcimônia e como último recurso, e a mera ameaça dessa violência final basta para o exercício cotidiano do controle social [...] O fato mais importante a salientar é que quase todos os homens vivem em situações sociais nas quais, se todos os outros meios de coerção falharem, a violência pode ser oficial e legalmente usada contra eles. (BERGER, 1986. p. 83).

Parece até um pouco irônico falar de violência quando ao se fazer uma análise mais crítica da sociedade como um todo, como se percebe acima, em última instância, quando os outros meios de coerção falharem a violência física é oficialmente permitida. Para o autor, a violência assume um papel de controle social e que todos nós vivemos em uma sociedade em que parecem infinitos os meios de coerção que tentam impedir os indivíduos de fugirem das regras pré-estabelecidas e pré-definidas para eles. E o ridículo e a difamação são instrumentos potentes de controle social em grupos primários de todas as espécies, de acordo com Berger, (1986, p, 85). E neste sentido, a difamação e o ridículo encontram um terreno muito fértil para a sua germinação na sociedade vilaboense. Sobre tudo por ser uma cidade pequena onde os costumes locais fazem com que qualquer acontecimento seja contado e recontado várias vezes. E também é um lugar, onde a vida das pessoas é muito observada e comentada.

Para Berger há os controles formais e os informais, portanto,

Por fim, o grupo humano no qual transcorre a chamada vida privada da pessoa, ou seja, o círculo da família e dos amigos pessoais, também constitui um sistema de controle. Seria erro grave supor que este seja necessariamente o mais débil de todos,

apenas por não possuir os meios formais de coerção de alguns dos outros sistemas de controle. É nesse círculo que se encontram normalmente os laços sociais mais importantes de um indivíduo. (BERGER, 1986. p.89)

Neste sentido, segundo o autor, esse meio íntimo, ou privado talvez tenha efeitos psicológicos muito mais sérios do que em outra parte. E a estrutura institucional da sociedade é que propicia a tipologia para as nossas ações, ou seja, encontramos tudo pré-determinado e ao tentarmos fugir dessa lógica, podemos sofrer os meios de coerção, que formais ou informais, oprimem as pessoas.

1.3 As mulheres na sociedade vilaboense: múltiplos olhares

Ao se fazer alguma leitura sobre os olhares que se estenderam às mulheres no decorrer da história do Brasil percebe-se que estes foram múltiplos. E vale ressaltar neste sentido, o olhar médico, religioso, higienista, o olhar de viajantes europeus e, sobretudo o olhar masculino.

Rago (1997), em seu texto Trabalho Feminino e Sexualidade, nos mostra que nas primeiras décadas do século XX, a grande maioria da classe operária brasileira era constituída por mulheres e crianças. Mas, no entanto, não faltaram esforços para que essas trabalhadoras se apresentassem como “frágeis”, “vulneráveis”, “desprotegidas”, etc. Os estereótipos eram tantos que a representação que se fazia da imagem dessas mulheres eram, por exemplo,

Frágeis e infelizes para os jornalistas, perigosas e “indesejáveis” para os patrões, passivas e inconscientes para os militantes políticos, perdidas e “degeneradas” para os médicos e juristas, as trabalhadoras eram percebidas de vários modos. (RAGO, 1997, p.579).

Para ela, lidamos muito mais com a construção masculina da identidade das mulheres trabalhadoras do que com suas próprias percepções. O que se evidencia, é que embora no século XX a ascensão da industrialização no Brasil e a intensa participação das mulheres nesse meio, para elas, esse era um meio hostil, de discriminação e preconceito. Trabalhavam muito, mas em tarefas consideradas de pouca importância e mal remuneradas, isso sem falar no assédio sexual cometido por alguns empregados e os chefes.

Rago (1997) nos aponta que os discursos normatizadores, sobretudo com a preocupação da época em se constituir uma nação disciplinada, se referiam ao trabalho feminino fora do lar como uma forma de transgressão da moral. Portanto, mesmo com as mudanças socioeconômicas e estruturais pelas qual a sociedade vinha passando, o pensamento e os olhares sobre as mulheres operárias permaneciam aquele, que em última instância as identificava como prostitutas transgressoras da moral entre outras denominações. Pois em oposição a isso, o lar sim era o espaço sagrado e privado, na qual as mulheres deveriam “naturalmente” permanecer.

Neste sentido, também Rodrigues (1997) em sua obra *O Brasil na Década de 1910*, a fábrica e a rua, dois palcos de luta, ao falar da condição feminina nos salienta que embora a presença feminina tenha se feito sentir, por outro lado os preconceitos e exigências mo rais continuavam a persegui-las,

Algumas chegaram aos bancos das faculdades ou pleitearam carreiras masculinas, como a diplomática e jornalística, mas continuavam prisioneiras de um discurso que as representavam como frágeis e, utilizando argumentos pretensamente científicos, como o de sua inferioridade genética em relação ao homem, procuravam contê-las nos limites do lar e do papel de mãe de família. As oportunidades profissionais para as mulheres eram limitadas: no caso da elite, pela própria educação voltada para a vida doméstica, entre as camadas médias e pobres, às funções consideradas femininas, como professora, costureira, bordadeira, enfermeira, funcionária de escritório, comerciária, telefonista e operária, todas em cargos distantes de postos de chefia. (RODRIGUES, 1997, p. 53).

No entanto, apesar dos discursos normativos que tentavam limitar os espaços públicos para as mulheres, assim como não se deve pensar que os escravos no Brasil colonial aceitaram a escravidão de bom grado, as mulheres também por diversas vezes e de várias formas protestaram, reivindicaram, foram surgindo jornais, revistas e textos publicados. Ou seja, a escrita, que antes era considerada algo só para os homens foi aos pouco sendo apropriada também pelas mulheres e se tornando uma forma destas e xigirem justiça para os escravos, para a sociedade e para elas mesmas. E muitas se aventuraram no mundo da escrita, como uma forma de revelar suas ânsias e resistir ao modelo cristão burguês e dominante que o tempo todo vem tentando submetê-las.

Telles (1997), ao abordar a questão da escrita, vem falar da poetisa goiana Cora Coralina, que como se sabe, já foi objeto de vários trabalhos e que embora hoje seja muito admirada, sofreu preconceitos e foi estigmatizada não somente em sua infância, mas também

enquanto mulher. Em muitos de seus poemas, Cora deixa transparecer as suas críticas e suas angústias pelos olhares e padrões que a sociedade vilaboense dirigia a vida de quem fugisse às regras pré-definidas.

Soihet (1997) por sua vez, vem trazer para o cenário as mulheres pobres e a violência no Brasil urbano, ela se recorre a documentos policiais para então desenvolver o seu trabalho. E aponta que com a preocupação em afrancesar a sociedade, foram tomadas várias medidas para formar e disciplinar o cidadão brasileiro. Neste sentido, com a crescente concentração urbana, as mulheres pobres iam às ruas para trabalhar, mas a exclusão social e a repressão eram sentidas por elas.

A mesma autora aborda também a questão do público e do privado. “Pois como é sabido, as ruas, ou seja, o espaço público não era considerado espaços para as mulheres “sérias”, de família. Mas, as necessidades econômicas forçavam as mulheres pobres irem para as ruas trabalhar e nesses ambientes, não raras vezes, ocorriam atritos entre estas e os policiais, algumas iam presas sob a alegação de desacato a autoridade. Possivelmente, pode se inferir que essa violência cometida por policiais contra essas trabalhadoras vistas como “indesejáveis”, “arruaceiras” eram formas de retirar dos meios afrancesados os elementos indesejáveis da sociedade, ou seja, aqueles que perturbavam a ordem, as normas e a tranquilidade do “bem estar social”

Entretanto, muitas mulheres reagiram às situações de violência e conforme nos aponta a autora, por várias vezes, estas se utilizaram dos mesmos discursos que a sociedade lhes impunha em benefícios próprios, como por exemplo, depois de uma briga matar o marido e para se defender, dizer que este estava faltando com a honra de assumir e sustentar a família e que, além disso, era agressivo consigo e com os filhos.

Priore, (1994) por sua vez, com a proposta de repensar a mulher na história do Brasil, mostra que por diversas vezes as mulheres foram identificadas como algo negativo. No período colonial mesmo, estas eram vistas pela Igreja Católica como um símbolo do pecado. Ou seja, elas carregavam o pecado impregnado em seus próprios corpos. Portanto, deveriam ser evitadas ou gerariam desejos e sentimentos libidinosos.

Neste ponto, ela se aproxima da discussão de Raminelli (1997) que aborda o tema Eva Tupinambá. Ele irá fazer uma reflexão de como os europeus, com outras visões de mundo, visões, aliás, muitas vezes carregada de superioridade, vão inicialmente identificar a nudez das índias Tupinambás como pecado, estas deveriam ser evitadas, sobretudo pelos religiosos.

Enfim, são várias as possibilidades de leituras que apontam para esse panorama da história das mulheres no Brasil.

A construção da imagem feminina a partir da natureza e das leis implicaria em qualificar a mulher como naturalmente frágil, bonita, sedutora, submissa, doce etc. , aquelas que revelassem atributos opostos seriam consideradas antinaturais. Entretanto, muitas qualidades negativas – como a perfídia e a amoralidade – eram também entendidos como atributos naturais, o que conduzia a uma visão profundamente ambígua do ser feminino. (ENGEL, 2007, *apud* RAMOS, 2009 p.16)

Nota-se que historicamente falando, muitas foram as afirmações que procuraram apresentar a mulher ora como naturalmente perigosa, ora como bonita e frágil e sobretudo como “inferior e submissa.” E muitas dessas noções ainda hoje persistem com força surpreendente,

No cadinho das práticas sociais o “eu” se forja em peles, delimitando corpos normatizados, identidades contidas em papéis definidores: mulher e homem, assim fomos criados, por uma voz tão ilusória quanto real em seus efeitos de significação, cujos desígnios se materializam nos contornos do humano. Estes traços, desenhados por valores históricos, transitórios, naturalizam-se na repetição e reaparecem fundamentados em sua própria afirmação: as representações da “verdadeira mulher” e do “verdadeiro homem” atualizam-se no murmúrio do discurso social. (SWAIN, 2000, p.48).

Como se nota, quanto aos autores selecionados para a presente discussão, todos eles tomam como objeto de estudo as mulheres e vêm falar da violência praticada contra as mulheres no decorrer dos séculos, não somente pelos seus parceiros, mas também pela sociedade como um todo. E todos, vêm focar o discurso de médicos, de psiquiatras, de religiosos dentre outros para se provar, ou tentar convencer a sociedade de que naturalmente as mulheres seriam “frágeis”, “dóceis”, “dedicadas”, “submissas”, e, portanto, deveriam se incumbir daquele papel que “naturalmente” seria seu dever, que seria o de ser uma boa mãe, uma boa esposa, e uma boa dona de casa. E o interessante é que tais autores tentam fugir daquela mania de abordar as mulheres somente como vítimas, coitadinhas, mas coloca -as dentro de um contexto histórico e social bem mais abrangente e complexo.

Na sociedade vilaboense, além de Cora Coralina, podemos citar Consuelo Caiado também como uma mulher que pode ser considerada expressiva por seus atos.

Ao se observar alguns documentos que atualmente se encontram na Fundação Frei Simão Dorvi na Cidade de Goiás e que pertenceu a pessoa de Consuelo, pode-se perceber, que embora ela fosse religiosa e de uma família conservadora, ela possuía ambições feministas. Segundo Bittar (2002) Consuelo Caiado, era articulada com Bertha Lutz e se envolvia com uma liga feminista em Goiás. De fato, entre os seus pertences se encontra uma publicação de nº. 12 como o título: A Federação Brasileira Pelo Progresso Feminino, Seus fins, organizada por Bertha Lutz, Carmen de Carvalho e Ormindia Bastos.

O documento é referente ao ano de 1930. Entre os fins dessa federação se encontra:

1º Fim: da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino: Promover a educação da mulher e elevar o nível da instrução feminina;

2º Fim: Proteger as mães e a infância [...]

5º Fim: Estimular o espírito de sociabilidade e de cooperação entre as mulheres e interessa-las pelas questões sociais e de alcance público [...].

6º Fim: Assegurar à mulher os direitos políticos que a nossa constituição lhe confere e prepara-la para o exercício desses direitos. [...].

7º Fim: Estreitar os laços de amizade com os demais países americanos, afim de garantir a manutenção perpétua da paz e da justiça no Hemispherio Occidental. O pacifismo é um principio que a experiência da guerra e a cultura moral impõem á humanidade. Mas quando no-lo não impuzessem esses imperativos, bastaria a funcção natural da mulher que é dar á vida, para nos constituirmos em defensoras intransigentes da paz que a conserva.⁸

Nos fragmentos do documento supra citado, faltam as páginas do 3º e 4º fim da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Mas é interessante perceber neste documento, que mesmo nos primeiros movimentos feministas, havia uma noção que se referia às funções naturais da mulher. E, nessas funções naturais, a maternidade era uma preocupação sempre presente.

Kofes (2001) em sua obra: Uma trajetória em Narrativas, a partir de documentos e de entrevistas com familiares e pessoas próximas a Consuelo Caiado, vai nos mostrar que esta foi Presidente do Gabinete Literário local, se formou em farmácia, tendo inclusive a sua própria farmácia. E,

⁸ O documento citado pertenceu a pessoa de Consuelo Caiado, se refere a 1930 e se encontra atualmente na Fundação Frei Simão Dorvi.

[...] em 1931, é instalada na Cidade de Goiás, capital do estado, a Sociedade para o Progresso Feminino, presidida por Consuelo Caiado. Em Maio de 1936, Consuelo escreve a Bertha Lutz não mais como Presidente da Sociedade... Mesmo tendo retirado-se da presidência, Consuelo continuou como a interlocutora local de Bertha Lutz (cartas e documentos da Federação continuavam a chegar-lhe às mãos. (KOFES, 2001. p.84).

Kofes (2001) nos mostra que foi então fundada a Federação Goiana para o Progresso Feminino, esta por vez estava ligada a Federação Brasileira Pelo Progresso Feminino. Ela ressalta também que o “feminismo”, nos anos 30 em Goiás era controverso e muitas vezes tinham um caráter filantrópico, nisso se aproximava das ações da Igreja Católica. E esta por sua vez, não via com bons olhos a Federação Brasileira pelo o Progresso feminino, pois para eles, esta tinha um caráter espírita e chegaram até dar sermões e conselhos para que as pessoas se afastassem da Federação.

[...] A concepção Moderna de cidadania e os ideais de igualdade e de indivíduo, implícitos no ideal sufragista, tornava-o ameaçador para aqueles agentes e para aquelas instituições interessadas em manter uma complementaridade hierárquica e essencializada entre os gêneros [...] (KOFES, 2001. p 89)

Então, como fica evidente, essas ideias divulgadas pela Federação Brasileira Pelo Progresso Feminino incomodava o sistema vigente na sociedade vilaboense da época, a tal ponto da Igreja se posicionar contra o mesmo. Kofes (2001), fala também do *jornal O Lar* que teria sido iniciado na Cidade de Goiás em 1926 por um grupo de mulheres. Mas,

Os termos flores, jóias -, neste artigo, anunciam uma recorrência de imagens em todos os números do jornal. Outros lhe serão acrescidos (passarinhos, gorjeios, por exemplo, quando se trata da voz feminina). Estes termos e imagens são também encontrados em conferências do Gabinete Literário [...] Não só feito por mulheres, o jornal se pretendia feminino e, poeticamente, construía feminilidade. Com a recorrência, a repetição desta metáfora, flor torna-se signo do feminino, cuja referência estende-se ao jornal O Lar e às mulheres [...] (KOFES, 2001. p 99/100)

Ao que tudo indica, este jornal era uma forma de perpetuar no imaginário social a imagem da mulher ligada a algo sensível e delicado, como é o caso da flor. E segundo a autora, pelos relatos que ouviu sobre a pessoa de Consuelo Caiado, se nota que ela não se encaixava no perfil de “feminilidade” que era pregado. E as pessoas se referiam a ela trazendo a cena o nome de seu pai, um nome de família rica, tradicional e de importância política,

As narrativas sobre Consuelo Caiado ao falar de sua experiência e de sua trajetória ancoram-se em duas referências fundamentais. O nome de seu pai, Totó Caiado, ou seja, referência à oligarquia local até os anos 30; a figura de Iracema Carvalho, referência aos valores urbanos e refinados de um centro cosmopolita. As ações de Consuelo são conotadas por estas presenças e a identificam com o autoritarismo ligado à primeira referência ou a dedicação aos livros e a cultura, interpretação da segunda referência. A gestão do Gabinete Literário é apenas francamente mencionada, mas não qualificada; a fundação e presidência da Sociedade Goiana para o Progresso Feminino é silenciada, ausente, foi esquecida; seu memorialismo e sua relação com espiritismo, mencionados, falam mais de uma relação viva com os mortos, deslocando-a do mundo dos vivos. (KOFES, 2001. p.175)

Como se percebe embora Consuelo Caiado tenha sido uma mulher que teve uma participação no meio público e tido certa notoriedade, a ela também se dirigem estereótipos, e o que inquieta a autora é como esta pode ter ficado meio que esquecida nesta sociedade. Ela faz uma relação interessante com a pessoa de cora Coralina e Consuelo Caiado, nos levando a refletir o porquê que Cora se tornou tão, expressiva e famosa e a outra não. Aí ela nos leva a pensar na possibilidade de Cora se enquadrar no perfil de “feminino”, da época, ou seja, no papel de “flor”, enquanto que Consuelo não se enquadrava em tais associações.

Todas estas considerações feitas até agora, é para mostrar que para se ambicionar entender a sociedade vilaboense, para se falar da violência contra as mulheres nesta sociedade, é preciso se fazer leituras sobre o tema no Brasil e na Cidade de Goiás em séculos passados. Pois todo o contexto histórico e cultural é que propiciará analisar como as mulheres estão inseridas nesta sociedade no período de limitado pelo trabalho.

Como se verifica já algum tempo nesta cidade, algumas mulheres vêm conseguindo certa autonomia e independência econômica. Possuem suas profissões, dirigem seus próprios carros, são donas de suas próprias vidas, ou seja, moram sozinhas em suas próprias casas. Mas no final do século XX e início do XXI a sociedade vilaboense veria com bons olhos as mulheres que são divorciadas e que ao invés do casamento, da família e da maternidade optaram por ir à busca de suas formações profissionais? As diversas instituições religiosas ao supervalorizar o matrimônio, a família e a maternidade, não estariam contribuindo para submissão da mulher, ocasionando aí maiores possibilidades de violência física, moral e psicológica? E porque esse assunto da violência contra as mulheres na Cidade de Goiás é uma questão silenciada? Estas e outras problematizações serão mais bem discutidas no próximo capítulo, que se pautará no resultado de pesquisa de campo, que são questionários feitos com a população local, pesquisas nas duas delegacias locais e no Fórum sobre o presente tema. Neste sentido, haverá discussões sobre as formas de violência que através da pesquisa foram reveladas. E outras leituras possibilitarão uma rica reflexão neste bojo.

Mas por hora, vale salientar que os olhares que recaem sobre as mulheres vilaboenses são múltiplos e uma grande maioria desses olhares ainda não se isentou do preconceito e de noções que tende a focar o espaço privado, do lar como o espaço reservado para as mulheres.

Nesta direção, é que daremos continuidade a esta pesquisa focando -nos em mulheres anônimas e vitimadas pela permanência de padrões e valores sociais e familiares muito distantes das teorias feministas e exemplos destas rupturas que viemos tratando até aqui.

CAPÍTULO II

AS VOZES FEMININAS ECOAM DA POPULAÇÃO ROMPENDO COM O SILÊNCIO

Fui moça desse tempo.
Tive meus muitos censores
Intra e extra-lar.
Botaram-me o cerco.
Juntaram-se, revelaram-se
Incansáveis. Boa gente.
Queria me salvar. (Cora Coralina).

Este capítulo abordará a questão da violência praticada contra as mulheres na Cidade de Goiás. O período delimitado para esta pesquisa possui recorte temporal de 1997/2009. O momento escolhido visa fazer uma abordagem antes e pós a instauração da *Lei Maria da Penha* na Cidade de Goiás, com o fim de verificar o que mudou e o que continuou após sua implementação.

Vale salientar que o capítulo será pautado em dados do trabalho de campo realizado pelo projeto: Omissão Social e Violação dos direitos Humanos nas relações Domésticas e Familiares na Cidade de Goiás, 1997/2007, pela FAPEG (Fundação de Amparo a Pesquisa em Goiás). Portanto, serão apresentados dados oriundos de 472 questionários aplicados na população da cidade, a voz daqueles que atuam nas duas delegacias, sendo a Delegacia Regional de Polícia Civil e a Delegacia Municipal de Polícia e a representação do poder judiciário pelo juiz de direito titular da 2ª vara da Comarca da Cidade de Goiás.

Todos esses dados aqui elencados serão de fundamental importância para melhor se delinear a questão da violência doméstica contra as mulheres na Cidade de Goiás. Uma violência que eleva nossa atenção para além das agressões físicas, possibilitando uma análise mais complexa no que tange esse assunto que ora se oscila entre o polêmico e o silenciado. E para se ter uma melhor abordagem do tema, é preciso perceber que,

É impossível compreender adequadamente uma instituição sem entender o processo histórico em que foi produzida. As instituições, também, pelo simples fato de existirem, controlam a conduta humana, estabelecendo padrões precisamente definidos de conduta, que a canalizam em uma direção por oposição a muitas outras direções que seriam teoricamente possíveis. (BERGER e LUKMANN, 1985, apud SIEBERT, 1995, p.29).

Para tanto, não há possibilidade de se tentar compreender o fenômeno da violência doméstica sem associá-la a todo um conjunto de práticas e convenções histórica e cultural. Onde a mesma melhor se define e se infiltra, muitas vezes com o consentimento mesmo que implícito da própria sociedade,

Ao apresentar o argumento não pretendo cair na armadilha de sugerir que toda violência tem origem semelhante, e/ou que não há diferença entre as formas e graus de violência, ou em termos de sua incidência. Mas quero, sim, sugerir que em termos da violência interpessoal, e com referência à relação entre violência e formas particulares da diferença – gênero, raça, classe – podemos chegar mais perto de uma compreensão do fenômeno se mudarmos nosso olhar, deixando de pensar a violência como uma ruptura da ordem social – alguma coisa que está errada – e passando a vê-la como sinal de uma luta pela manutenção de certas fantasias de identidade e poder. Quando chegamos a uma consideração final da relação entre violência e gênero, é claro que a violência de todos os tipos está marcada por gênero em sua representação, na maneira como é pensada e constituída como fato social. Em sua realização como prática social é parte de um discurso, ainda que contraditório e fragmentado, sobre a diferença de gênero. (MOORE, 2000, 43/44).

Portanto, a violência se apresenta como uma forma de poder, ou lutas pelas identidades de poder, sustentada por discursos que acabam legitimando essas lutas. Pois como se sabe, a própria identidade é algo construído e, parafraseando Silva (2000), onde existe identidade e diferença existe a presença de poder e é por meio da representação que a identidade e diferença se ligariam aos sistemas de poder e sendo assim, quem tem o poder de representar, tem o poder de definir e determinar a própria identidade. Sendo assim, a violência contra as mulheres está intimamente interligada a questões culturais, históricas e permeiam pelas relações de poder.

2.1. Algumas abordagens sobre a violência contra as mulheres vilaboenses

Antes de adentrar no assunto é interessante levantar algumas Problematizações, tais como: O que é violência? O que a sociedade vilaboense entende por violência contra as mulheres? Quem são essas vítimas e quais os seus agressores? Porque ainda hoje tantas mulheres se submetem às situações de violência?

No que se refere à questão da violência, é visível que o próprio termo precisa ser analisado com mais cuidado, pois muitos ao pensar a violência, relacionam a mesma com a força. Mas ao relacionar a violência com a força, a grande maioria das pessoas pensa automaticamente em agressões físicas. Logo, se a mulher não está com hematomas visíveis a olho nu, fica então, subentendido que, ela não sofre violência doméstica em seu cotidiano. Mas a violência que um número substancial de mulheres sofreu e muitas ainda sofrem se restringiria somente ao aspecto físico?

De acordo com a Lei Nº 11.340/06 conhecida popularmente como Lei Maria da Penha; 1. “Tipifica e define a violência doméstica e familiar contra a mulher. 2 estabelece as formas de violência doméstica contra a mulher como física, psicológica, sexual, patrimonial e moral”.(SEMIRA⁹, p.15, 2008). Portanto, essa lei ressalta uma coisa muito interessante que muitas vezes a sociedade faz questão de silenciar ou ignorar, que a violência ultrapassa os limites do físico, que ela pode ser também moral, sexual, patrimonial e psicológica. E estas, por vezes, em muitos casos podem causar traumas ou dores até mesmo maiores do que a dor física. E,

Com relação específica à violência contra a mulher, podemos situar como violência invisível não só a pressão perpetrada pela sociedade de classes e a ação de instituições discriminatórias, como também a educação diferenciada, a violação dos direitos, a naturalização dos papéis sociais e das relações hierarquizadas. (GOELLNER, PILLOTO, ALTMANN e VIEIRA, p. 139, 1995).

Corroborando com a afirmação acima, conclui-se que também há uma violência invisível, que por vezes está inserida na sociedade, e isso acaba se naturalizando a tal ponto que as pessoas passam a encarar como normal as hierarquias existentes, o patriarcado e o senso comum até se apropriam de chavões como: “briga de marido e mulher ninguém mete a colher”, ou “roupa suja se lava em casa”, entre tantos outros que tentam restringir o problema da violência contra as mulheres somente no âmbito do privado, onde ninguém deverá interferir. Mas até que ponto terminaria o privado e começaria o público?

Em se tratando da Cidade de Goiás, por ser uma localidade interiorana e relativamente pequena em comparação com as grandes cidades, ela tende a passar uma imagem de local tranquilo, o que acaba gerando na cabeça de muitas pessoas a noção de que violência contra

⁹ Secretaria de Estado de Políticas para Mulheres e Promoção da Igualdade Racial

mulheres está “longe” deste lugar, que é algo que acontece só nas grandes cidades, porque é isso que estão habituados a acompanhar nos noticiários da TV. Mas essa noção não deve ser encarada como sendo verdadeira. Pois o fato de não contarmos com a mídia para divulgarem essas coisas, não quer dizer que elas não existam.

O Projeto Omissão Social e Violação dos Direitos dos direitos Humanos nas relações Domésticas e Familiares na Cidade de Goiás realizou 472 questionários e teve o critério de aplicá-los em todos os bairros da cidade, foi um total de mais ou menos 13 questionários por bairro. Como se sabe, esta cidade conta com mais de 20.000 (vinte mil) habitantes, portanto essa foi somente uma amostra para se ter uma noção geral da temática no local. Entre os entrevistados, 26,1% foram do sexo masculino e 73,9% do sexo feminino, sendo 30,5% solteiros, 10,4% viúvos e 43,4% casados. Vale então salientar, que os dados fornecidos por essas pessoas são muito importantes e vem a desmistificar aquela ideia e algumas afirmações da suposta tranquilidade da cidade de Goiás.

Com relação aos períodos de 1997/ 2007 e 2007/ 2009, o número de pessoas que disseram conhecer vítima da chamada violência doméstica é menor do que as que negaram conhecer algum caso. Embora o número das que conhece seja menor, se percebe que é um número considerável e que não pode ser tratado como se simplesmente não existisse.

Ao realizar esse trabalho, pode-se perceber que as pessoas temem falar sobre o assunto, que há uma tentativa muito grande de silenciar a violência contra as mulheres. Pois várias pessoas se negaram a responder o questionário com um olhar de desconfiança. Uma senhora chegou ao ponto de dizer que não sabia nada, que não conhecia nem uma mulher que sofrera violência doméstica, e o surpreendente, é que seu vizinho ao lado disse mais ou menos o seguinte: “conheço sim uma vítima de violência doméstica, é a filha desta senhora, que foi assassinada pelo marido a facadas”.

Com relação ao que foi exposto acima, pode-se inferir que aquela senhora não quis dizer que sua filha fora morta pelo marido. Neste caso específico, pode ser que este seja um fato que a sua memória não deseja lembrar, porque certamente isso é dolorido demais para uma mãe. Mas há muitas pessoas que parecem sem nenhum motivo optar pelo silêncio, quando na realidade o assunto da violência contra a mulher remonta há séculos atrás e chegam aos nossos lares todos os dias através dos jornais. Pois,

Durante séculos, as mulheres ficaram sob o domínio do homem, ocupando o espaço da casa (espaço privado). Somente ao homem era dado o direito de participar e atuar na vida pública e ocupar os espaços de poder, a mulher, na verdade, era e é em muitos lugares vista como propriedade do homem. Ainda hoje, com quase um século de lutas e conquistas, as mulheres encontram grandes dificuldades em legitimar sua presença nos espaços de poder em todo o mundo. Mesmo constituindo 52% da população mundial, as mulheres estão presentes em somente 145 legislativos no mundo. No Brasil as mulheres ocupam, no Legislativo Federal, 8,98% das cadeiras na Câmara e 9,44% no Senado. Somam em todo o território apenas 123 deputadas estaduais e distritais. No Executivo a história se repete: são apenas quatro ministras, três governadoras e representa menos de 10% frente às prefeituras de todo o país. (SEMIRA, p. 4, 2008).

De acordo com a afirmação acima pode-se perceber que, não se deve tentar analisar a violência doméstica sem levar em conta que há toda uma questão histórica e cultural que consciente ou inconscientemente, quis fazer parecer que a mulher deveria ser “submissa ao homem,” que era biologicamente inferior”. Entre tantas outras afirmações provenientes do discurso médico e religioso. Por tanto, essa é uma questão que está enraizada na cultura, uma cultura que por vezes acaba que legitimando essas situações chocantes de violência. E como se verifica,

Quando se diz “A salvação do planeta está nas mãos dos homens”, ao invés de “A salvação do planeta está nas mãos da humanidade”, reflete -se a posição que o homem vem ocupando na história, reforçando seu papel hierárquico e as relações de poder e dominação masculina na sociedade. [...] As pessoas são educadas e formadas tanto pelas escolas, como pela família, igreja, meios de comunicação de massa, leis de Estado, etc.; que são responsáveis pela clara definição dos papéis desiguais da mulher e do homem, com consequências dramáticas na sociedade. Bastam somente alguns dados para essa comprovação: alto índice de violência doméstica sofrida pela mulher (com número assustador de mortes) independente de raça, cor, etnia, classe social ou escolaridade; a média salarial baixa, mesmo com maior formação; pouca ocupação de cargos de liderança e número elevado de mulheres chefes de família, entre outros. (SEMIRA, p.11, 2008).

Esses dados nos revelam que as diversas instituições acabam que contribuindo de forma imensa para a perpetuação das visões binárias e definições de papéis entre homens e mulheres e por mais que as coisas tenham mudado a cultura, o imaginário e mentalidade das pessoas não são estáticos, mas justamente por causa dessas instituições, a visão de que a mulher é “inferior” ainda prevalece. E,

Eu diria que muitos pais ainda preferem ter uma filha “anta”, em vez de uma filha que jogue futebol ou suba em árvores. Ariscaria dizer também que muitas “antas” não manifestam revolta contra sua condição ao longo de toda a vida [...] (DAOLIO, p.103/104, 1995).

Esta afirmação mais uma vez vem salientar o papel das instituições na definição e naturalização de papéis. Seja na instituição familiar, escolar entre outras, muitas vezes as meninas são levadas a se sentirem “antas” e o discurso é tão perfeito, que muitas nem mesmo vem a se perceber como tal. Como se verifica,

Eu vejo hoje na sociedade que alguns sacerdotes, to dizendo alguns e não todos têm contribuído para a alienação da mulher e não só para a alienação da mulher, mas contribuído para a exploração das pessoas é, que [...] sem maiores recursos financeiros [...].¹⁰

Fica inegável que as influências das diversas instituições refletem, e por vezes até influenciam o comportamento e as ações das pessoas. No caso específico da violência contra as mulheres, as instituições religiosas contribuíram e muitas vezes contribuem para que aconteça a subordinação da mulher, ocasionando aí, maiores possibilidades de violência física, moral e psicológica.

2.2 Lei Maria da Penha, sua divulgação e eficácia na sociedade local

Ao falar da Lei Maria da Penha, é de fundamental importância abrir um espaço para esclarecer o porquê de a lei ter recebido esse nome. Pois,

Maria da Penha quase foi assassinada por seu então marido. Os fatos aconteceram em 1983. A primeira tentativa foi com o uso de arma de fogo e a segunda por eletrocussão e afogamento. Esses episódios causaram lesões irreversíveis à saúde de Maria da Penha. Apesar de condenado a dois julgamentos, o autor da violência não havia sido preso devido aos sucessivos recursos de apelação. Em 2001, após 18 anos da prática do crime, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos responsabilizou o Estado brasileiro por negligência e omissão em relação à violência doméstica e recomendou várias medidas em relação ao caso concreto de Maria da Penha e em relação às políticas públicas do Estado para enfrentar a violência doméstica contra as mulheres brasileiras. Por força de pressão internacional de audiências de segmento do caso na Comissão Interamericana, em 2002, o processo no âmbito nacional foi encerrado e em 2003 o ex - marido de Maria da Penha foi preso. (SINTEGO¹¹, 2008, p. 11).

¹⁰ Entrevista com o M.M Dr. Silvanio Divino de Alvarenga, juiz de direito da Vara de Família, há 20 anos juiz, e na cidade de Goiás há 10 anos.

¹¹ Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás.

Sendo assim, em sete de Agosto de 2006 a Lei Nº 11.340 entrou em vigor e recebeu o nome dessa mulher guerreira que nunca desistiu de lutar por justiça. É lamentável e vergonhoso saber que precisou se chegar a esse ponto dramático na vida dessa pessoa para se dar uma maior visibilidade ao assunto da violência doméstica no Brasil. Vale ressaltar que mesmo após a lei entrar em vigor, há várias Marias da Penha por aí sendo agredidas, ameaçadas e muitas vezes silenciadas.

Há muitas polêmicas em torno da Lei Maria da Penha, muitos alegam que esta seja inconstitucional uma vez que por ser uma lei “específica da mulher”, estaria privilegiando -a em detrimento aos homens. Alguns chegam mesmo ao ponto de afirmar que a lei acirra as diferenças entre ambos os sexos. Mas para outros, ela é sim constitucional e resulta da necessidade de corrigir abusos de poder instituídos historicamente através de uma cultura machista e que por vezes acabou por contribuir para a naturalização da violência doméstica. Pois,

A constituição brasileira tem por valor fundamental a dignidade da pessoa humana. Todas as medidas tomadas para que a justiça social alcance a todos, estão sim de acordo com a Constituição. Não são apenas constitucionais, como essenciais para promover a igualdade material e, desta forma, a democracia. As ações afirmativas também são entendidas como discriminação positiva. Significa que há, sim, a discriminação; mas para que seja corrigida a desigualdade. É bem diferente da discriminação gerada pela falta de acesso à cidadania. DISCRIMINAÇÃO POSITIVA: identificação da desigualdade para promoção de justiça. (SILVA e GONÇALVES, 2009, p. 05).

Como se evidencia, apesar de muitos posicionamentos contrários, trata -se de uma discriminação positiva para se efetuar uma correção necessária na nossa sociedade pautada por ditames europeus, burgueses e dominantes.

Com relação à Cidade de Goiás, percebe -se conforme o gráfico abaixo que, o maior número de violência, no que diz respeito ao grau de parentesco entre agressor e vítima, é praticado pelo próprio marido.

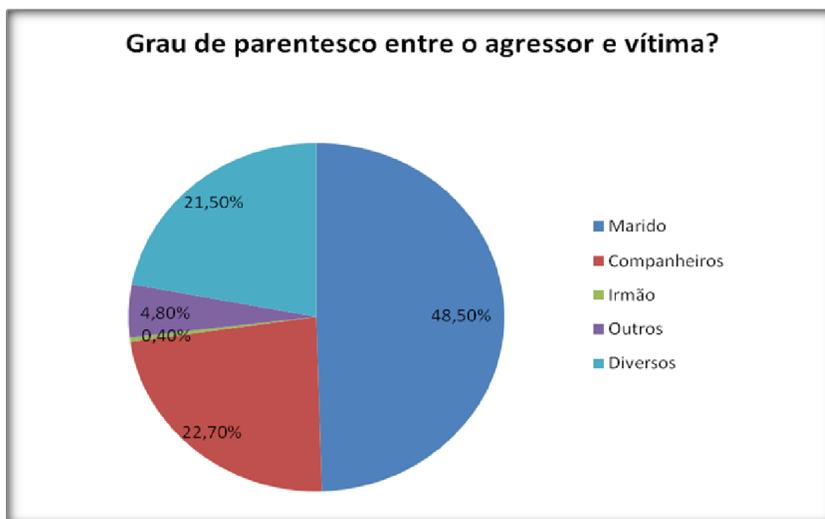


Gráfico 1 **Fonte:** Projeto Omissão Social e Violação dos Direitos Humanos nas Relações Domésticas e Familiares na Cidade de Goiás, 1997/2007, pela FAPEG (Fundação de Amparo a Pesquisa em Goiás).

Outro dado importante se refere ao grau de escolaridade das vítimas e dos agressores, pois se percebe que em ambos os casos, o maior número são de pessoas com o Ensino Fundamental, em muitos casos incompletos.

Já com relação aos tipos de agressões sofridas pelas vítimas, nos períodos correspondentes ao período de 1997/2007 e 2007/2009, como se pode observar no gráfico abaixo, lesão corporal é a agressão mais cometida na violência doméstica. E se essa é a agressão mais cometida, é de se espantar com a violência e as diversas tentativas por parte de muitas pessoas em se fazer parecer que não há violência contra a mulher na sociedade vilaboense. A violência contra homens ou mulheres, é algo que deve ser dissipado de nosso país, para assim ser válida a Constituição Brasileira e a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

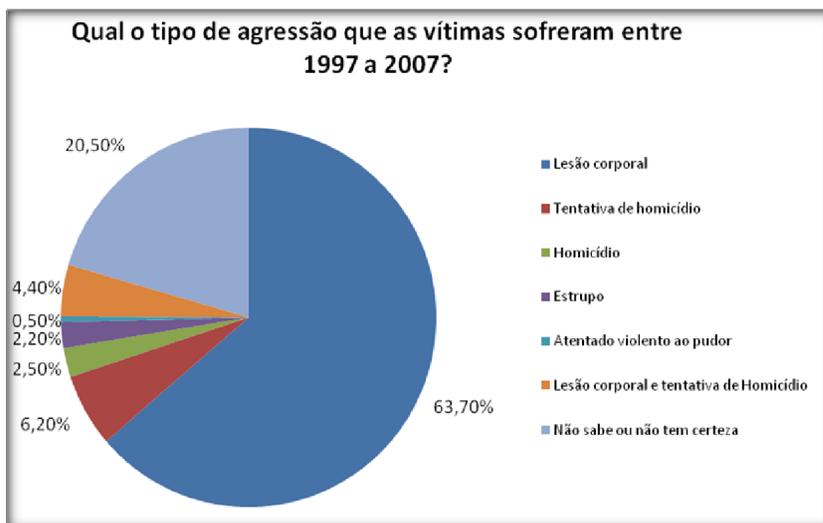


Gráfico 2 **Fonte:** Projeto Omissão Social e Violação dos Direitos Humanos nas Relações Domésticas e Familiares na Cidade de Goiás, 1997/2007, pela FAPEG (Fundação de Amparo a Pesquisa em Goiás).

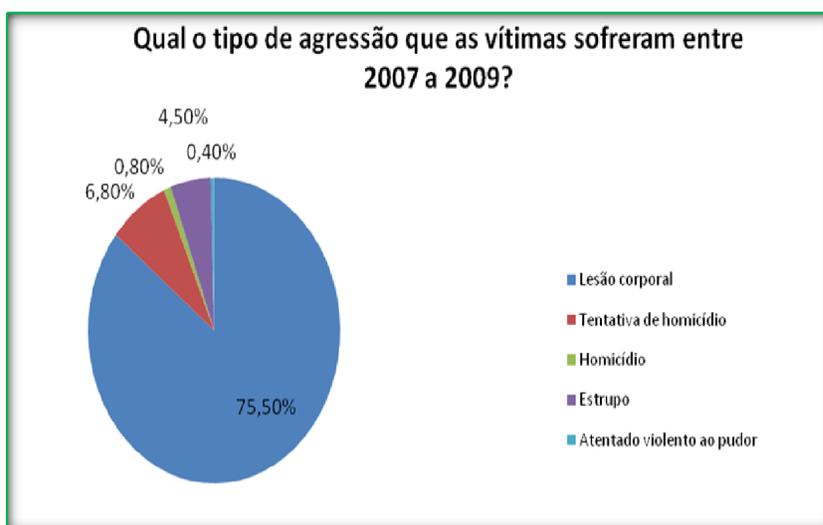


Gráfico 3 **Fonte:** Projeto Omissão Social e Violação dos Direitos Humanos nas Relações Domésticas e Familiares na Cidade de Goiás, 1997/2007, pela FAPEG (Fundação de Amparo a Pesquisa em Goiás).

Um dado significativo, que o questionário aplicado revelou é que a maioria das mulheres que sofreram agressões não procurou a delegacia para registrar ocorrência. E, entre aquelas que procuraram, percebe-se, que a maioria retirou a queixa, e 52,2% sofreram mais de uma agressão. E dessas vítimas que sofreram agressões, os dados revelaram que a maioria continuou convivendo com o agressor.

No percurso da realização dos questionários, conforme as explicações dos entrevistados pode-se evidenciar que em muitos casos a mulher agredida é desestimulada a registrar queixa pelos próprios policiais que atendem a ocorrência. O que evidencia a importância de um maior apoio estrutural nesse sentido.

Vale salientar, que os questionários chegaram até aos pesquisadores com as perguntas já formuladas. Pois uma vez que o projeto visava trabalhar a violência doméstica na Cidade de Goiás, os questionários e as pesquisas de campo já eram direcionados de modo a atender aos objetivos desse projeto. Mas muitas vezes, o entrevistado fornecia informações muito importantes para o tema proposto, informações das quais iam além do que estava sendo solicitado.

Uma dessas informações mostra que em muitos casos os agressores da chamada violência doméstica são policiais. Isso é intrigante, tendo em vista que estes sujeitos supostamente trabalham para zelar do bem estar e segurança das pessoas e por vezes em suas próprias casas, com as suas respectivas famílias são eles os agressores, aqueles que causam medo e pavor. E o mais impressionante ainda, é que na delegacia local não foi encontrado nenhuma ocorrência neste sentido. Isso é mais uma amostra do silêncio e da preservação das estruturas de poder ainda existente nesta cidade.

Essas afirmações inevitavelmente levam-nos a questionar o porquê de se conservar este silêncio e a quem ele beneficiaria. Uma vez que se tem a Lei Maria da Penha e uma abertura maior para abordar o assunto, que motivos levam a inexistência de registros em delegacias contra policiais que agredem suas esposas? Isso nos leva a levantar hipóteses que essa inexistência seria proposital e, por conseguinte uma forma de se proteger e manter a “boa aparência” da instituição policial.

Quanto às opiniões divergentes sobre a Lei Maria da Penha, pode se perceber que há alguns que defendem que,

Geralmente as leis só prevêm punições, processos e medidas cautelares contra os agressores. O certo era que toda lei, ela tivesse uma proposta pedagógica ou uma proposta educacional. Um exemplo de medida cautelar ou de medida pública poderia ser aplicado, é, a obrigatoriedade da pessoa frequentar determinados cursos, ou seja, um agressor por exemplo, poderia, é [...]. ser obrigado a frequentar um curso em que ele aprendesse o que gerou a violência contra determinadas mulheres. Algumas mulheres já foram atingidas por ácido, algumas mulheres já foram, é, é, é atingidas por pedra, paus facadas, tiros e psicólogos, é, juristas, é, assistentes sociais poderiam explicar as consequências dessas agressões no seio familiar, os traumas que as crianças podem ter em razão da violência doméstica. Tudo fica no âmbito

punitivo. Se a gente for desenvolver uma política pública, será difícil porque falta estrutura falta profissionais, é, é, preparados para mostrar a esse agressor que ele está no caminho errado. Eu até vou dizer isso, sem nenhum constrangimento, eu digo que o homem, eu recebi uma educação de minha mãe, machista [...].¹²

Esta fala é muito interessante, pois ela faz uma crítica ao nosso sistema de leis e propõe uma possibilidade de mudança, que seria apelar por propostas que não simplesmente punisse, mas que educasse os agressores e os levasse a refletirem sobre as conseqüências de seus atos. Atos estes que são apreendidos dentro de uma cultura que carrega vestígios machistas, que precisam ser dissipados.

Neste depoimento, Dr. Silvanio, juiz titular da vara de família, diz ter recebido de sua mãe uma educação machista, esta afirmação não pode nos levar a culpar as próprias mulheres pela situação que vive. É evidente que estas possuem sim a sua parcela de culpa, mas é preciso fazer leituras do contexto histórico e cultural no qual estão inseridas para assim procurar entender seus comportamentos. Pois ,

Foucault (1979) esclarece que as técnicas disciplinares não aparecem apenas na produção de corpos dóceis e úteis; abrangem, principalmente, os recursos para o bom adestramento, utilizando-se para isso, do controle, que vai possibilitar, ao mesmo tempo, observar, treinar, dividir, registrar, suscitando atitudes e hábitos de submissão e de produtividade. Para que isso ocorra, são utilizadas operações que fornecem valores e habilidades, sempre referidas a um modelo. Não há como educar um corpo de forma disciplinada pelo exercício, sem que se utilize o controle. (SIEBERT, 1995, p. 15).

Outro ponto essencial, levantado nesta fala, diz respeito aos impactos que a violência doméstica pode causar nas crianças que a presenciam. Estudos sobre o tema comprovam ca da vez mais que as crianças que vivem em um ambiente de violência, certamente reagirão com violência em algum momento de sua vida. Dessa forma, pode perceber que os traumas psicológicos podem, no futuro, dar continuidade à violência doméstica, que é um fato lastimável e inegável presente em muitos lares brasileiros.

Ainda no que diz respeito à Lei Maria da Penha, na Cidade de Goiás, conforme o gráfico abaixo, um número substancial de pessoas revelou conhecer a Lei, no entanto, o surpreendente é que apenas 15,5% revelaram conhecer alguém que foi punido pela mesma lei.

¹² Entrevista com o M.M Dr. Silvanio Divino de Alvarenga, juiz de direito da Vara de Família, há 20 anos juiz, e na cidade de Goiás há 10 anos.

Esse dado nos mostra, que muitas vezes as pessoas dizem conhecer a legislação, mas na realidade nem ao menos possui a informação de como ela opera, ou se ela realmente pune como possa parecer. A maioria conhece a lei, mas pouquíssimos conhecem a execução da mesma em nossa cidade.



Gráfico 4 **Fonte:** Projeto Omissão Social e Violação dos Direitos Humanos nas Relações Domésticas e Familiares na Cidade de Goiás, 1997/2007, pela FAPEG (Fundação de Amparo a Pesquisa em Goiás).

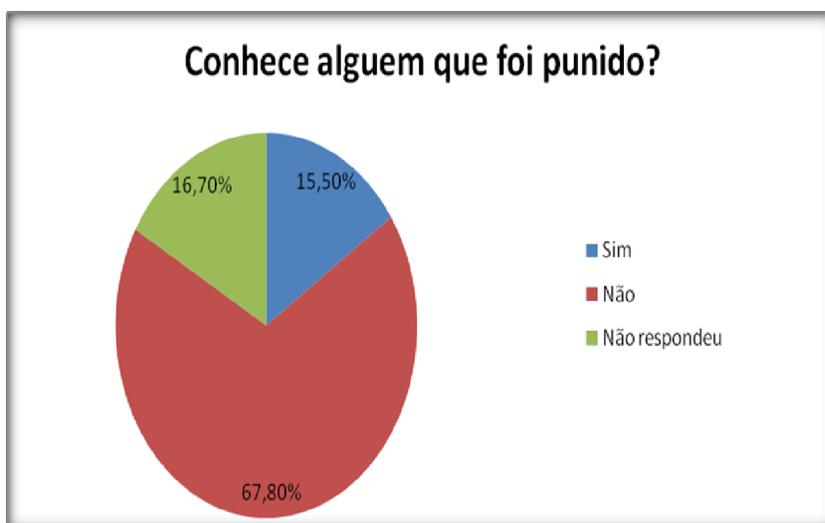


Gráfico 5 **Fonte:** Projeto Omissão Social e Violação dos Direitos Humanos nas Relações Domésticas e Familiares na Cidade de Goiás, 1997/2007, pela FAPEG (Fundação de Amparo a Pesquisa em Goiás).

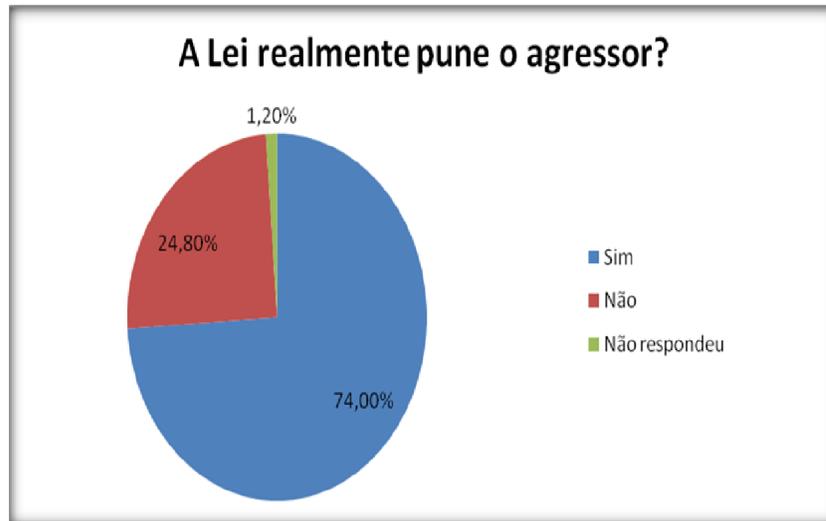


Gráfico 6 **Fonte:** Projeto Omissão Social e Violação dos Direitos Humanos nas Relações Domésticas e Familiares na Cidade de Goiás, 1997/2007, pela FAPEG (Fundação de Amparo a Pesquisa em Goiás).

Pode-se evidenciar que:

[...] Apesar dos pesares, a Lei Maria da Penha está, é, é, ens ejando aí dentro da sociedade aí, um combate até duro contra a violência doméstica. E temos que todos nós, tentar acabar com a violência doméstica e familiar. Acredito também que a percentagem de violência que chega nos Fórum é, capaz que não dá nem um por cento das violências que a mulher sofre diariamente [...]. então é um problema que nós temos que discutir, que a sociedade tem que aperfeiçoar e criar outros mecanismos aí contra a violência doméstica. E também finalizando, eu acho que a lei não resolveu o problema e nem vai resolver o problema, e nem não é perfeita [...] de qualquer maneira, a experiência com a Lei Maria da Penha é importante.¹³

Com base na afirmação acima, é interessante elucidar que realmente todas as pessoas lutem para acabar com essa situação de violência doméstica ou qualquer outra forma de violência. Pois, sabemos que leis são criadas o tempo todo, mais de nada isso adianta, enquanto o posicionamento ideológico e cultural permanecerem reféns dos discursos normatizadores, opressores e excludentes.

¹³ Entrevista com o M.M Dr. Silvanio Divino de Alvarenga, juiz de direito da Vara de Família, há 20 anos juiz, e na cidade de Goiás há 10 anos.

2.3 As mudanças positivas e a verificação de que ainda há muito para mudar

É fato que as mulheres vêm conquistando muitas coisas em seu favor ao longo da história, no entanto qualquer autor que discute o assunto irá revelar que,

A coisificação da mulher, amparada nos costumes, fortalecida pelas leis, é grandemente favorecida pela sociedade de consumo. Já vimos que, primeiro como menina e depois como adolescente, ela é tratada como coisa: enfeitam-na, reprimem sua espontaneidade, empurram-na para dentro de um molde. (STUDART, P. 88, 1969)

Pois, essa coisificação da mulher, em muitos casos, acaba sendo incorporado por elas mesmas e transmitida aos filhos, dessa forma, apesar das mudanças, provavelmente continuará haver resquícios dessas noções deturpadas e excludentes. E no que diz respeito à sociedade vilaboense, segundo dados dos questionários a maioria das vítimas continua vivendo com os agressores, não havendo assim separação de fato.

Aguçados pelo senso comum, muitos ao fazerem uma abordagem simplista do assunto acabam por acreditar que muitas mulheres que vivem em uma situação de violência não se separam porque falta de iniciativa própria. Mas o assunto exige uma análise bem mais densa, pois é evidente que ninguém deve gostar de ap anhar, de sentir dor, mas há uma situação bem mais complexa nestes casos, muitas vezes envolvendo sentimentos, filhos e questões econômicas. Portanto,

Essa realidade, por assim se configurar, acaba por reforçar uma situação de dependência que implica alguém, de maneira explícita ou não, por sua própria decisão ou imposição, delegar a outro(s) a possibilidade de decidir. Nesse sentido, podem se entrelaçar dependência e violência e se criar, ainda, a violência da dependência. Não é sem motivos, então, que a dependência econômica é identificada como um dos fatores que mais influenciam a permanência da mulher numa situação de violência intrafamiliar. (GOELLNER, PILOTTO, ALTMANN e VIEIRA, p. 151, 1995).

Conclui-se, assim, que há uma relação entre situação econômica e violência intrafamiliar, é visível que esta violência se configura em todas as classes sociais, no entanto é mais visível nas classes com um menor poder aquisitivo, que por vezes encontram sérias dificuldades econômicas. Já nas classes mais abastadas, talvez pelos próprios valores morais e sociais, esta questão é mais silenciada.

Uma ocorrência na delegacia chamou bastante atenção, pois o marido havia espancado a esposa porque ela tinha comprado um uniforme escolar para ele pagar depois. Isso nos mostra que um motivo banal às vezes pode gerar uma agressão. Mas, no entanto, se estas mulheres alçarem vôos em busca de suas independências financeiras, este exemplo absurdo poderia ser evitado. Mas,

No Brasil e também em toda a América Latina, as mulheres são socializadas de modo a crer que não são fortes nem autônomas tal qual seus companheiros do sexo oposto. Acreditam na sua dependência (financeira e emocional) e na sua realização como mães e donas de casa (ROMERO, p. 254, 1995).

Portanto, se percebe que cada vez mais é importante que as mulheres acreditem em si mesmas e se libertem das pseudos afirmações sobre sua condição feminina e perceba que não necessitam de dependência alguma,

[...] E a maioria das mulheres, mesmo quando não aceita a história de Adão e Eva, comportam-se como a costela. Sem a costela sobressalente, Adão era íntegro. Mas sem a anatomia a que pertencia, a costela não era ninguém. (STUDART, p. 85, 1969).

Diante disso, nota-se, que negar a função e classificação de costela é algo fundamental e é o primeiro passo para que muitas mulheres saiam da condição de marginalidade e violência que se encontram. A ideia pejorativa e decadente de “inferioridade” deve sair de vez das cabeças das próprias mulheres, livrando-as assim, de uma subordinação colocada pelos valores e noções impostas ao longo dos séculos em nossa sociedade.

2.4 Discutir sobre a violência contra as mulheres seria mesmo uma questão ultrapassada?

Ao se observar os dados oriundos das delegacias locais, nos livros de Ocorrências Diversas¹⁴ de 1997/209, pode-se encontrar 69¹⁵ (sessenta e nove) casos de violência contra a mulher. Nestes casos encontrados, percebe-se que essa violência doméstica foi registrada como: lesões corporais, tentativa de homicídio, ameaça e incêndio doloso na casa da vítima.

¹⁴ Ver em anexo

¹⁵ Vale ressaltar que em alguns registros, não foi possível compreender do que se tratavam, estes estavam muito resumidos e não tinha o histórico da versão do comunicante como nos demais.

Mas na grande maioria dos registros, o que prevaleceu foram as lesões corporais e ameaças. Essas agressões se manifestam através de socos, chutes, puxões de cabelo, enforcamentos, mordidas, queimaduras com gordura quente e tc. E, nestes registros fica visível que a maioria dessas mulheres declara ter união estável e não deseja representar criminalmente em desfavor do agressor, apenas solicitam o direito de fazer uso das medidas protetivas da lei.

Vale questionar o porquê dessas mulheres que apesar de passar por tantas agressões ainda descartam a possibilidade de verem seus agressores presos. Uma resposta para esta problematização não é fácil, até porque os motivos para essa escolha não ficam registrados. Esse fato nos leva a bater na mesma tecla, de que são vários os motivos que provavelmente geram esse tipo de comportamento, dentre eles se destacam a questão histórica, moral, econômica e religiosa. Que exerce ainda muito peso na vida e até mesmo nos sentimentos das pessoas.

Os agressores são: irmãos, amásios, filhos e namorados. Como os dados dos questionários mencionados anteriormente, na maioria dos casos, os agressores são os próprios maridos. Suas profissões oscilam entre: lavrador, diarista, braçal, vaqueiro, cabeleireiro, açougueiro, pedreiro, servente de pedreiro, motorista, jardineiro, eletricitista, funcionário público municipal e alguns são desempregados. Quanto ao grau de escolaridade, em alguns casos não possui esta informação, mas o que prevalece é o Ensino Fundamental, em muitos casos incompletos.

Quanto às profissões das vítimas, se encontra: comerciante, funcionária pública municipal, pensionista, vendedora ambulante, serviços gerais, estudante, cabeleira, fonoaudióloga, mas, na sua grande maioria são do lar e domésticas. Quanto ao grau de escolarização, um número muito reduzido apresenta o Ensino Superior completo, o que prevalece, assim como nos casos dos agressores, é o Ensino Fundamental e em muitos casos incompletos.

Como já foi mencionado, a Lei Maria da Penha foi sancionada em 2006. E ao se observar os dados da delegacia Municipal de 2006/2009, se percebem que apenas (nove) casos foram caracterizados e houve autuações, conforme a Lei 11.340/2006. Aconteceram nesse período outros registros de violência doméstica contra mulheres, mas talvez pela forma

como o escrivão registrou, não ficou claro no registro se enquadraram na Lei Maria da Penha¹⁶.

Já na Delegacia Regional, não tivemos acesso aos dados, nos foram passados os levantamentos dos casos que geraram procedimentos na Lei 11.340/2006. Então, em 2006 foram: quatro boletins de ocorrências e dois autos de prisão em flagrante. Em 2007: onze boletins de ocorrências e sete autos de prisão em flagrante. Em 2008: três boletins de ocorrências e dois autos de prisão em flagrante. Em 2009, até o fim de março, data da coleta dos dados, não constava ainda nada.

É interessante assinalar, que conforme a fala do próprio juiz e ao cruzar esses dados com os questionários aplicados com a população local, esse número não condiz com o número de mulheres que vivem situações de violência doméstica. O número é ainda pequeno, mas já sugere que algumas mulheres vêm rompendo com o medo e usufruindo das medidas protetivas que a Lei Maria da Penha lhes oferece.

Diante de tudo que se foi discutido, vale à pena levantar uma problematização que leve muitos a fazerem uma releitura do Brasil e do mundo sobre a violência contra as mulheres. Algumas pessoas tendem a afirmar que esse assunto de mulher é coisa ultrapassada, que a discussão é perda de tempo porque as mulheres já conquistaram tudo que tinham para conquistar e que inclusive “estariam tomando os espaços dos homens”. Por que ainda existe esta realidade?

No entanto, falar de violência, certamente não é um assunto novo, portanto,

Ninguém que se dedique à meditação sobre a história e a política consegue se manter ignorante do enorme papel que a violência desempenhou sempre nas atividades humanas, e à primeira vista é bastante surpreendente que a violência tão raramente tenha sido objeto de consideração. (ARENDR, p.06, 1985).

Como bem salienta Arendt (1985), a violência sempre desempenhou papéis nas relações humanas, mas, no entanto, é surpreendente que algo que vem acompanhando a humanidade há tempos tão remotos, seja assunto tão ignorado, sobretudo no que diz respeito à violência nas relações domésticas e familiares. E ressaltando a necessidade de tal discussão se percebe que,

¹⁶ Nesses registros a tipificação definida a estes casos são: ameaças e lesões corporais.

Muitas mulheres ainda são discriminadas na sociedade, e, como eu já disse, é, na verdade o machismo é cultivado não só pelos homens, mas também pelas mulheres. É incrível. Às vezes, eu vi algumas mulheres criticando outras mulheres por irem atrás de seus objetivos, como: evitar filhos, é, deixar um casamento pela profissão, é, tentar ganhar dinheiro. Mas de uma maneira geral isso aí está virando uma exceção, a mulher é bem vinda, principalmente se ela é competente. Agora, eu tenho observado o seguinte, o homem não precisa ficar provano muito, provano a sua competência, a sua capacidade, as vez é exigido mais da mulher. É que ela mostre que é capaz do que o homem. Há aquela impressão ainda na sociedade que a mulher não serve para executar determinadas tarefas e que se tratando de uma mulher na hora h ela pode vacilar, pode chorar, ela não pode dar conta do recado [...]

Isso vem corroborar com um dos objetivos deste trabalho, que é mostrar que as coisas não estão muito bem no universo feminino, e insistir que não estão ainda tão positivas como poderiam ser. E que não se pode analisar a violência contra as mulheres ape nas pelo viés físico, mas como uma conjuntura de valores históricos, morais, culturais e sociais que foram amplamente inculcados na cabeça das pessoas, mas que certamente não devem ser perpetuados. Essa discussão terá continuidade no próximo capítulo, onde com o auxílio da oralidade poderemos através de depoimentos de mulheres que foram vítimas da violência doméstica enriquecer esta abordagem que se revela ainda muito carente de atenção e pesquisa.

CAPÍTULO III

ROMPENDO BARREIRAS: A ORALIDADE COMO FORMA DE COMPREENDER OS MOTIVOS QUE AINDA LEVAM MUITAS MULHERES A SEREM VÍTIMAS DA CHAMADA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, OU DA VIOLÊNCIA EM SEUS AMPLOS ASPECTOS

Minha filha, junto a teus irmãos não lamentem nem digam,
Coitada da mamãe[...]
Ninguém é coitada, nem eu.
Somos todos lutadores (Cora Coralina).

O presente capítulo se pautará em entrevistas realizadas com duas mulheres que efetivamente foram vítimas da chamada violência doméstica na Cidade de Goiás, compreendida no tempo delimitado pelo tema.

O mesmo traz a oralidade como uma fonte imprescindível de pesquisa ao trabalho do historiador. Incluindo-se aos novos paradigmas da História em sua reviravolta para os estudos culturais. Sobre esta perspectiva, parafraseando Michael Pollak (1992), a história oral nos permite fazer uma história do tempo presente e essa história, segundo ele é muito contestada. No entanto,

Se a memória é socialmente construída, é obvio que toda documentação também o é. Para mim não há diferença fundamental entre fonte escrita e fonte oral. A crítica da fonte, tal como todo historiador aprende a fazer, deve, a meu ver, ser aplicada a fontes de tudo quanto é tipo. Desse ponto de vista, a fonte oral é exatamente comparável à fonte escrita. Nem a fonte escrita pode ser tomada tal e qual ela se apresenta. (POLLAK, 1992, p. 2007).

Uma vez que a oralidade se apresenta como uma rica fonte na produção do conhecimento, será de fundamental importância trazê-la à tona na discussão da violência contra as mulheres, pois as complexidades transpostas neste tema só podem ser melhor percebida e compreendida através da oralidade. As fontes orais nos apresentam possibilidades de análise muito além do que se pode captar naquilo que se fala.

As sensibilidades percebidas ao longo de uma entrevista dão ao pesquisador outras possibilidades de análise que complementam o não-dito. No caso deste objeto, não é diferente, pois o ato de suspirar, embargar a voz, não olhar nos olhos, chorar dizem muito

quando nos propomos a estudar um objeto tão subjetivo quanto a est e. Reafirmamos assim, como salienta Pollak (2007), que a oralidade é uma fonte que pode ser usada e não é em nenhum aspecto inferior à fonte escrita.

Uma das entrevistadas chamou muito a atenção pelo fato de que ela fez questão absoluta de usar o seu verdadeiro nome na entrevista, se negando assim a utilizar qualquer nome fictício. Segundo ela, a felicidade foi a sensação definida ao dar seu depoimento para a constituição deste trabalho. Ainda segundo seu depoimento, esta foi uma forma de desabafo, no qual se mesclou expressões e sentimentos de alegria, indignação tristeza, choro e dor moral.

A outra entrevistada pediu para não ser identificada. Para tanto, ao se referir à mesma, será utilizado o codinome Cristina. A mesma falou pouco, tentou não demonstrar emoções, mas apesar disso, durante seu depoimento pode-se perceber as suas mãos tremerem e por vários momentos os olhos lacrimejarem.

Por estas balizas é que conduziremos este terceiro capítulo, pelo qual demonstraremos que a violência contra a mulher é um tabu que precisa romper as barreiras do silêncio. Pois, o mesmo exclui, marginaliza, ofusca e inferioriza a mulher em marcas que remontam o medo de agir e falar.

3.1. Desabafo e a coragem de falar quando se deseja esquecer

A primeira entrevistada foi a Antônia, que, aliás, com uma forte determinação fez questão de se identificar pelo verdadeiro nome. Atualmente, ela reside em Goiânia, capital do Estado de Goiás. Para a realização da entrevista o contato com ela se deu por telefone. A data foi marcada e quando ela esteve aqui na Cidade de Goiás, depois de uma conversa prévia, realizamos a coleta de depoimentos na casa de uma colega em comum, num cômodo tranquilo. Naquele local foi providenciada uma pequena mesa com duas cadeiras, uma jarra com água gelada, copos, estava tendo uma brisa suave e o local estava bem agradável, onde a Antônia pôde ficar a vontade.

Foram feitas algumas perguntas e todas respondidas com muita atenção e espontaneidade pela a entrevistada, que parecia, inicialmente, ansiosa. A primeira questão pedia para que a ela falasse um pouco da situação de violência doméstica que vivera no passado e, no qual, foi revelado o seguinte,

A essa violência, ela, que eu vivi, foram agressões físicas mesmo, do dia a dia, às vezes alguma coisa que não saía certo era motivo para eu ser agredida, às vezes apanhava de vara como se fosse uma criança. E... E um dos casos eu, eu fui, fui dar um banho no meu filho e não tinha água na torneira e aí o chuveiro acabou estragando e esse já foi um dos estopins pra eu apanhar com uma vara como se eu fosse uma criança e ele, fazendo o papel de pai... e foram inúmeras vezes que isso aconteceu. Em alguns casos, ele me dizia que eu tinha casado pra quilo, então, pra que eu tinha casado? Se as coisas num era pra acontecer do jeito que ele queria? Num foi fácil, e, no ano que eu decidi dar um basta, eu fiquei quinze dias com o olho roxo, fazendo maquiagem, tampando pra ir pra faculdade, fiquei uns três dias sem ir na faculdade, porque o olho ficou muito roxo por causa do murro. Eu fazia a maquiagem, ele mesmo foi lá e comprou o pó, pra poder ficar escondendo. E ainda assim eu acho que as pessoas perceberam, porque o olho ficou muito roxo.¹⁷

Essa afirmação nos revela que as agressões sofridas por esta mulher eram por motivos fúteis, banais e chega até ser difícil acreditar que um marido seja capaz de bater com varas em sua esposa, tratando-a como ela mesma disse como criança. Em outro momento, Antônia diz que viveu esta situação por dezoito anos, pois isso teria se iniciado três meses depois do casamento em 1989 e perdurado até 2007.

Acreditamos que por ter se casado aos dezesseis anos de idade, tendo que assumir responsabilidades domésticas e matrimoniais, facilitou ao agressor submetê-la a caprichos e violência. Quando ela diz que o próprio marido comprou o pó para que ela se maquiasse para ir à faculdade, isso revela que ele tinha plena consciência de seus atos e para não ser exposto e descoberto, lançou mão da maquiagem como um recurso para que a situação permanecesse silenciada ou ignorada pelas pessoas.

Essa maquiagem em seu rosto funcionaria como uma camuflagem que existia sobre suas vidas conjugais.

Com relação à pergunta: se a violência que ela sofreu teria sido apenas física ela responde que,

Não, verbal também. Porque, por mais que eu ainda sofra com as agressões físicas, mais as verbais são as que mais marcam e não me deixa esquecer. Por mais que eu tente ainda dói porque (pausa) eu achei que eu tinha dado o meu melhor, sido uma boa esposa, uma boa mãe e não foi assim, porque ele me dizia que eu era incapaz de ser qualquer coisa sem ele, que eu era burra, que eu era uma vagabunda e o pior, é que xingava, me xingava de vagabunda pros meus filhos sem eu ser, sem eu ser isso. O que mais me dói é ele falar pros meus filhos que eu era, pros nossos filhos que eu era vagabunda sem eu ser, porque eu não ia daqui a li na esquina sem os meus filhos, porque eu era casada, então eu tinha que carregá-los pra mostrar pros outros que eu era casada¹⁸ [...].

¹⁷Entrevista com Antônia Eliane de Almeida, realizada em Agosto de 2010.

¹⁸Entrevista com Antônia Eliane de Almeida, realizada em Agosto de 2010.

Pode-se perceber que a violência que Antônia sofrera ultrapassou os limites do físico e engloba a questão verbal, moral e psicológica. Como ela mesma revela isso dói mais para a mesma do que a violência física. Dá para notar também, que ela se sente mal, indignada e aflita por ele chamá-la de “vagabunda” e tentar convencer os filhos que ela se comportava como tal.

Além dessas formas de violência sofrida por ela, podemos perceber que a pressão era tão grande, que ela parece ter de certa forma interiorizado muito dessas acusações . Quando ela diz, por exemplo, que pensou ter sido uma boa mãe, uma boa esposa, ela mesmo que implicitamente, está se culpando por não ter ido além de suas possibilidades. Aí percebemos que a grande jogada do agressor é no final das contas, culpar a vítima pelos fatos, se isentando assim de sua verdadeira culpa. Como se evidencia:

[...] a mulher transformava-se num ser moral e socialmente perigoso, devendo ser submetida a um conjunto de medidas normatizadoras extremamente rígidas que assegurassem o cumprimento do seu papel social de esposa e mãe; o que garantiria a vitória do bem sobre o mal, de Maria sobre Eva. (ENGEL, 2007, apud RAMOS, 2008. p. 50).

De acordo com a citação acima, se verifica que as noções inculcadas cultural e socialmente em nossa sociedade, mesmo contra a opinião de muitos, ainda contribuem para legitimar situações degradantes no que diz respeito a questões familiares. Pois na cabeça de maioria esmagadora das mulheres, elas devem ser boas esposas, boas mães, boas donas de casa etc. E, se por ventura algo dá errado, na maioria das vezes, elas auto se culpam pela situação.

Quando se trata do tema violência, normalmente o senso comum ignora essas outras formas de violências que não sejam físicas. E com isso, as pessoas acabam não percebendo os efeitos devastadores da violência psicológica, por exemplo. Pois, algumas expressões podem ficar gravadas na cabeça da mulher que ouve discursos depreciativos e ela dificilmente irá superar, como se pode perceber,

[...] porque ele num participava da nossa vida, não saía com a gente, até mesmo quando saía, ele andava na frente e eu atrás, num gostava de pegar na minha mão, dizia que tinha vergonha de ser visto cumigo, num gostava de me ver de calça d'ns, porque diz que eu tinha um corpão parecido de homem. Na realidade, eu penso cumigo que ele não gostava de mim [...]. Porque dizia que eu não sabia andar de

salto e que eu não era bunita, bunita era a outra que sabia andar de salto e tinha o cabelo lisinho. E eu não tinha nada disso¹⁹ [...]

Como fica claro, esse homem se sentia no direito de humilhar, denegrir e fazer esta mulher acreditar que ela era feia, que seus cabelos eram feios entre outras expressões pessimistas. Pois, ao se impor modelos do que deveria ser feminino, a sociedade atribui perfis e identidades que deveriam se incorporar ao universo da mulher, como identidades irrevogáveis. Mas, no entanto:

[...] A identidade e a diferença têm que ser ativamente produzidas. Elas não são criaturas do mundo natural e social. Somos nós que as fabricamos, no contexto das relações culturais e sociais. A identidade e a diferença são criações sociais e culturais [...]. A identidade e a diferença não podem ser compreendidas, pois fora dos sistemas de significação nos quais adquirem sentido. Não são seres da natureza, mas da cultura que as compõem [...] (SILVA, 2000, p.77/78).

Como se percebe, a identidade feminina, como qualquer outra identidade não é algo que nasce com a pessoa, mas é construída culturalmente. Para tanto, cria-se um modelo feminino, que em última instância se alia a um modelo universalizado e europeu de beleza. E quem está fora desse enquadramento acaba sendo percebido e se percebendo como feio. Quem disse que para serem bonitos os cabelos precisam ser lisos? Essas entre outras, são noções precitadas e inconseqüentes que se refletem de forma tão grande, até mesmo sendo capaz de apimentar a violência doméstica.

Nesta entrevista, por diversas vezes se nota a forte relação de poder que se estabelece dentro deste lar, uma relação, que em última hipótese era o homem a pessoa central da casa e tudo parece girar em torno dele e de suas vontades. Pois: A identidade e a diferença estão, pois, em estreita conexão com relações de poder [...] (Silva, 2000, p. 81).

Segundo a entrevistada, ela só fez o seu CPF²⁰ aos (vinte e oito) anos de idade, quando o marido precisou do documento da esposa para fazer um empréstimo. Porque até então, ele dizia que mulher não precisava disso. Pois só ao marido era exigida documentação, porque a mulher viveria à sua sombra. Então, são várias situações absurdas que ainda se configura na sociedade e que as mudanças ainda não conseguiram diluir.

¹⁹ Entrevista com Antônia Eliane de Almeida, realizada em Agosto de 2010.

²⁰ Cadastro de Pessoa Física.

Muitas vezes nos orgulhamos por sermos “civilizados”, “modernos” e acompanharmos os ritmos do “progresso”. Mas ainda convivemos com realidades que são incoerentes com aquilo que é pregado e defendido nos dias atuais.

Vale ressaltar ainda, que na maioria das vezes, a violência doméstica contra a mulher também se volta para os filhos, pois quando se pergunta para a Antônia sobre quais os motivos quase a levaram a se separar, ela diz o seguinte:

O motivo principal, principal mesmo foi os meus filhos, porque eles já tavam começando a enfrentar o pai pra me defender. E aí algumas vezes ele agredia os meus filhos, batia no rosto deles, dizia que eles num tinha que defender uma vagabunda e eu não criei eles pra poder ver pai e filhos se pegarem nos tapas, eu criei os meus filhos na igreja, num queria isso pra eles. E aí, eu vi que tava na hora de dar um basta naquilo porque ia acontecer coisa pior e eu não queria que isso acontecesse com os meus filhos não, isso pode ter acontecido com a minha, com os meus irmãos, mais lá em casa eu num queria permitir isso, com essa nova família que eu constituí.²¹

Esse depoimento mostra que as agressões não eram somente contra a mulher, por ser também contra os filhos. Estes, aliás, já eram adolescentes e começavam então a enfrentar o pai em defesa da mãe, por medo de uma tragédia pior, ela, então, se encoraja a se separar no ano de 2007. Nesta fase da entrevista, Antônia deixa escapar que a mesma situação já havia acontecido na sua família entre seus irmãos. Provavelmente, o seu pai também foi violento e agora, depois de casada, estava novamente revivendo aquela situação que ela queria evitar,

Assim, as circunstâncias que tornam a mulher propensa a sofrer uma ação criminosa são culturais e sociais. Culturais, porque a violência contra a mulher é repassada de pai para filho; e social porque sobressaem de toda a sociedade que é machista por excelência, inclusive as próprias mulheres. (CAMPOS, 2002, p. 43).

Como se constata, a questão da violência contra as mulheres possui raízes históricas e muitas vezes são passadas de pais para filhos e também são naturalizadas e banalizadas. Daí, o motivo de muitos ignorarem a questão ou a tratarem como totalmente resolvida.

Desta forma, não podemos esquecer o papel que as próprias mulheres têm nesse contexto. De alguma forma são contribuintes para a perpetuação do machismo. Reportando - nos a esta ação, não são raros os casos em que uma mulher que se divorcia, passa a ser

²¹ Entrevista com Antônia Eliane de Almeida, realizada em Agosto de 2010.

excluída pelas outras, tidas como “guardiãs da moral” e parcialmente emitem juízos de valor pelo fim do casamento que quase nunca é atribuído ao homem.

Algumas achavam que ele era bom demais porque não deixava faltar às coisas em casa, materialmente. Era um homem que não deixava faltar comida, é que a gente tinha de tudo dentro de casa e aí achava que eu tava fazendo errado, que eu tava me precipitando. Eu tive apoio da mamãe, do papai, apesar de ter si do criada para ser a filha perfeita, de ter sido criada pra casar e ficar casada até que a morte os separe [...] tentei ser a esposa perfeita, no início, eu dava comida no prato, toalha na mão, engraxava os sapatos dele, as roupas eram todas passadas e colocadas no guarda-roupa, mas quando ele ia trabalhar todos os dias de manhã, eu tinha obrigação de repassar essas roupas pra ele vestir, porque se não ele não vestia e tinha que tá impecável²².

Suas colocações nos levam a perceber que para muitas pessoas a aquele marido que não deixa faltar nada em casa cumpre com os seus deveres perfeitamente bem e, que a mulher que se separa de um companheiro assim, estaria se equivocando. Mas é preciso questionar e problematizar esta visão. Pois será que uma esposa e filhos precisam apenas das coisas materiais para viver e serem felizes? E quem vive sendo espancada deve se calar, porque materialmente falando o seu agressor não lhe deixa faltar nada?

Ainda nesse discurso, percebe-se que muitas vezes as mulheres acabam acostu mandando-se aos companheiros e acomodam-se. Pois ao receber tudo nas mãos, estes acabam repetindo e alegando que estas são de fato funções femininas. Sendo assim, ao invés de auxiliar nos afazeres domésticos, acabam achando que essas não são obrigações masculinas.

3.2. Marcas para além do visível

Ao se falar com mulheres que foram vítimas da violência doméstica, pode-se facilmente perceber que apesar de disserem que já superaram este momento difícil da vida, em um momento ou outro, fica visível que ainda carregam uma grande angústia dentro de si. Por isso,

É com base nessas e em outras evidências que precisamos repensar urgentemente a sociedade, a psicologia, a ginecologia, a obstetrícia, a filosofia, o direito, a história e a antropologia para que nos ajudem a enfrentar esse sistema ideológico opressor que valida o jogo e o jugo em que a mulher é sempre espectadora, audiência cativa e

²² Entrevista com Antônia Eliane de Almeida, realizada em Agosto de 2010.

servil, e nunca modelo de interpretação de seus interesses e conflitos (SILVA, 1995, p.113).

Esse repensar realmente faz-se necessário em várias áreas do conhecimento, para que assim possa se propor o mesmo dentro da dinâmica cultural e social. Pois fica cada vez mais claro, que as questões morais, ligadas à tradição do casamento “para sempre”, acabam gerando intensos conflitos dentro da cabeça das vítimas de violência doméstica. Muitas mulheres vivem anos e anos de torturas e não se separam por medo e vergonha daquilo que a sociedade vai pensar e de como vai reagir.

No caso de Cristina, é interessante perceber que a mesma mostra-se muito encorajada e disposta a lutar e enfrentar qualquer preconceito que a sociedade venha apresentar. Notamos assim que,

Eu, eu, eu encarei perfeitamente cê entendeu? Eu num queria saber o que o povo queria sabê ou não, da minha situação, por que só a gente é que sabe o que a gente ta sofrendo dentro de casa, então a gente num tem que preocupá também cum situação do, dos outros lá fora né. Lutei, consegui vencer, num venci, num, num venci ainda todos os dramas que eu vivi porque eu ainda sou mui to amarga ainda, ainda tenho muito ressentimento ainda profundo em meu coração. Mas hoje não, hoje eu, assim, apesar de tudo, de todo o sofrimento, eu ergui a cabeça e a sociedade pense o que quiser.²³

Cristina ainda sofre por tudo que aconteceu e como ela mesma disse. Tem ressentimentos no coração e se sente uma pessoa amarga. Entretanto, diz ter vencido e que a sociedade pense o que quiser. Essa sua postura de coragem frente à sociedade é bem interessante. Pois como se verifica, são poucas as mulheres que tem a coragem de enfrentar a sociedade dessa maneira. Mas esse enfrentamento deveria acontecer em números maiores para que noções conservadoras fossem dissipadas. Pois,

Esse sentido de eterna limpeza, de manter o mundo privado em seu eixo centrado e harmônico, marca o corpo feminino. É a cadeia da dominação, o paranóico moto-contínuo. Quando a revolta se espraia, vêm a mídia, a Igreja e a escola dizer que está sendo negado o “padrão de normalidade”. Mas padrão de normalidade é a imposição dos opressores sobre os demais. Daí que a consciência da opressão que faz com que se lute pela libertação desse falso paradigma. (SILVA, 1995, p.113/114).

²³ Entrevista com Cristina (nome fictício).

De fato as diversas instituições têm um peso muito grande nas ações dos indivíduos. Por mais que a violência doméstica aconteça na maioria das vezes no espaço do lar, é preciso situar esse ambiente dentro de um universo maior, onde seus habitantes são moldados e contribuem com o predomínio do machismo na sociedade. E essa mesma sociedade estabelece padrões de normalidade, que possui seus vários guardiões. Diante dessa situação,

Apetece levantar a questão seguinte: importa começar por modificar as pessoas ou alterar as estruturas? A pergunta é muito semelhante a da prioridade do ovo e da galinha, porque tanto os homens e as mulheres como as estruturas devem transformar-se numa interação recíproca em que o material, o espiritual e o sistêmico se conjugam e se complementam. (CUNHA, 1995, p.2002/203).

Vale salientar que o autor propondo-se discutir o assunto, não traz receitas ou fórmulas para uma paz recíproca entre mulheres e homens, mas traz reflexões que são importantes e, por isso não podem ser ignoradas. Conforme a abordagem acima é preciso que muitas estruturas sejam alteradas para assim dissipar algumas situações que já se revelam insustentáveis. Para tanto evidenciamos que,

Corpo, mulher e sociedade: três realidades da mesma complexidade! Saibamos, por fim, compreender que quanto mais uma sociedade se complexifica mais necessidade tem de uma gnoseologia, de uma ética e de uma política que resultem numa prática de seres autenticamente humanos e, por isso, capazes de recusar todo tipo de dualismo e de converter um projeto político emancipador em instituição e, ainda, em estilo de vida. (CUNHA, 1995, p. 204).

Os dualismos, os refrões de músicas, os ditos populares, entre outras expressões depreciativas insistem em habitar o cotidiano social. E, por adentrar estes limites, essencialmente no privado são encarados com normalidade e é essa idéia de normalidade que precisa ser rompida, ou pelo menos, questionada.

Ao observar o lugar de fala das duas entrevistadas, verificamos que a Antônia cresceu em um ambiente familiar mais tradicional, mais fechado e várias vezes em sua fala, ela se refere à igreja. Isso demonstra que ainda não consegue se desvincular completamente dos valores religiosos e suas implicações, pois,

[...] No ano que, principalmente no ano que decidi me separar, quando eu olhava pra, pra tudo sabe que eu começava a visualizar tudo que eu ia enfrentar a sociedade me criticando, que ele era perfeito, eu pensei, eu não vou conseguir isso. E aí eu

pensava, não, acho melhor a gente, eu deixar tudo do jeito que tá, continuar essa vida, as coisas, mas apesar de não serem boas, é melhor assim. Mas depois eu olha pra mim mesma! E falava assim, Antônia cê não é covarde, cê é capaz, cê vai continuar se acovardando até quando? Deixando ele te dizer que você não é nada sem ele? Que você é burra? Até quando cê vai continuar com isso? Cê pode. E aí eu decidi que eu ia enfrentar essa situação.²⁴

Nesta abordagem, fica claramente visível, que esta mulher vivia conflitos interiores. Apesar de desejar dar um basta em tudo, o medo do olhar repressor das pessoas, principalmente do meio institucional evangélico, fazia com que desistisse da ideia. Esse medo, com toda certeza, não era só da Antônia que concedeu essa entrevista, mais também é o medo de várias outras Antônias que existem nesta cidade e,

chegamos a um dos núcleos da questão que imbricam mulher, corpo e sociedade, porque a mulher sempre é treinada, condicionada, moldada para assumir a culpa, induzida ao masoquismo, convocada para assumir os pudores protagonistas para o papel de eterna vítima, convidada a sofrer em silêncio suas penas, angústias e incertezas. (SILVA, 1995, p.117).

Como se verifica, as mulheres ao longo dos tempos vêm sendo treinadas a assumirem culpas e esse condicionamento evita que grande parte das pessoas questione as estruturas sociais, levantem hipóteses e proponham novas possibilidades de vida. Essas coisas vão se naturalizando a tal ponto, que ao acompanhar os noticiários a história de uma mulher que foi brutalmente agredida e assassinada pelo companheiro, as pessoas parecem não se chocarem mais. Isso passa a ser tratado com indiferença, com o se fosse normal.

Segundo Silva (1995), passamos a integrar uma sociedade em que os valores da morte são abordados com muito mais peso do que os da vida. Pois, convivemos com os assassinatos diários e os achamos naturais. De fato, a vida deve ser tratada com mais prioridade do que a morte. Os assassinatos, as agressões que são noticiadas devem ter o efeito não apenas de chocar por alguns instantes, mas de nos alertar para a importância de se preservar as vidas. Pois se sabe, que muitas mulheres morreram por falta de políticas públicas mais eficazes que lhes garantissem o direito de permanecerem vivas.

²⁴ Entrevista com Antônia Eliane de Almeida, realizada em Agosto de 2010.

3.3. Um convívio difícil: dor, silêncio e denúncia.

Retomando as entrevistas, percebe-se que as duas mulheres em suas narrativas apresentam algumas singularidades e algumas diferenças. Ambas têm dois filhos, viveram uma situação de violência doméstica por mais de dez anos. Já que Antônia viveu isso por dezoito ininterruptos anos e Cristina, treze. Ambas conseguiram com muita dificuldade romper o relacionamento e as duas se mudaram para outras cidades após a separação.

No depoimento de ambas, constata-se que a saída da Cidade de Goiás após a separação seria para elas uma espécie de fuga. Embora Cristina tenha dito que fora em busca de trabalho. Em vários momentos de sua fala e através da própria expressão facial, percebe-se que provavelmente ela tenha saído de seu local de origem fugindo de um passado ameaçador. É bem possível que isso se deve a forma como a mulher que se separa é concebida pela sociedade vilaboense.

Dentro destas questões, concluímos que Cristina se encaixa nesta prerrogativa: mudar de cidade para fugir de preconceito ou coisas parecidas, sob o pretexto de ir à busca de trabalho para se sustentar e os filhos. Já a Antônia alega sua saída por outros motivos,

Eu fui pra Goiânia por causa desse preconceito porque, eu não conseguia arrumar emprego. Aí eu trabalhava dando faxina na casa de amigas, que tentavam me ajudar. Mais as pessoas que conhece ele do comércio, ninguém quis me dar emprego, ninguém. É como se eu tivesse matado alguém! (choro) Por quê? Só porque eu decidi dar um basta numa, numa violência, dizer não praquilo e aí eles fecharam as portas pra mim também (choro). Aí eu decidi ir pra Goiânia, eu fiquei um mês desempregada lá, e já, tem o quê? Dois anos e cinco meses que eu moro lá. Tô trabalhando já tem um ano e cinco meses na Pepisco, eles já me deram outro cargo, um cargo melhor, hoje eu to ganhando mais, eles me dão a maior força, eles acreditam em mim lá, e olha que é uma multinacional e aqui ninguém teve essa capacidade, pessoas que conviveram com a gente (choro) e conheceram a vida toda, aqui, me viraram as costas.²⁵

Este momento da entrevista é muito comovente, pois percebemos que essa reação da sociedade vilaboense causou dores nessa mulher. Ela demonstra claramente o seu sentimento

²⁵ Entrevista com Antônia Eliane de Almeida, realizada em Agosto de 2010.

de tristeza através dos gestos, do olhar, das pausas e do choro. Fica visível, que tanto Antônia quanto Cristina migraram de suas cidades em busca de trabalho, algo que é direito de todas os indivíduos e que a elas foram negados no espaço onde viveram por vários anos e estabeleceram relações de amizade, de vivência e laços afetivos.

Essa situação nos prova que apesar das mudanças, ainda vivemos em uma sociedade que tenta conservar um moralismo instituído e que ainda privilegia os homens em detrimento das mulheres. O então ex- marido de Antônia é gerente de uma loja no centro da cidade. Possui destaque em sua profissão e segundo ela mesma, não se ouve boatos depreciativos sobre ele. Até porque a imagem que ele transmite é de um “homem integro, sereno, centrado e trabalhador.” No entanto, apesar das aparências, quem conhece a história de Antônia e teve a oportunidade de ver seus hematomas conhece a face oculta desse homem. Isso nos leva a refletir que,

Apesar de todas as conquistas alcançadas pelas mulheres nos últimos tempos, ainda é gritante a situação de desigualdade em que está inserida a mulher, vez que nem sempre as mulheres são incentivadas a explorar seus talentos, a agir de acordo com sua vontade, em busca de seu amadurecimento. Logo, a mulher acaba por achar -se incapaz de empreender a luta mental e emocional inerente ao desenvolvimento individual, necessário à ruptura da relação de opressão e violência. (CAMPOS, 2002, p. 44).

É notório que, as mulheres, que depois de muito sofrimento, decidem dar um basta no casamento, passam a serem estigmatizadas e julgadas pela sociedade. E a maioria das pessoas não quer pensar sobre os eventuais motivos que geraram a separação, mais sim julgar as mulheres como culpadas. Assim a sentença é dada e a pena muitas vezes se revelam tão difícil, que muitas vão para outras cidades, procurando trabalho, refúgio, um exílio.

Aportados em Prost (1992) no texto a Família e o Indivíduo, fica evidente que vem havendo uma mudança nas estruturas familiares, pois a transformação que vem ocorrendo, o processo de industrialização, de urbanização, a obrigatoriedade do ensino entre outros fatores, acabou por dar uma nova configuração nos seios familiares. Infere -se assim, que diante dessas mudanças estruturais, a família vem passando por um processo de remodelamento. Diante disso, não se pode mais conceber e aceitar como família apenas o modelo instituído no sistema patriarcal.

É importante salientar, que ao tratar do assunto violência doméstica contra as mulheres, é ainda bem visível que a dominação masculina impera e como já vem sendo

discutido desde o início, isto é uma questão histórica e cultural. E é importante abordar e refletir este tema, porque quanto mais visibilidade lhe for dada, provavelmente haverá mais possibilidades de encorajamento a outras mulheres de se manifestarem,

Treze anos de tortura. Às vezes ele vançava pra podê mim batê, nois chegamos até aí, a pegá até faca um pro outro uma vez. Porque ele, ele tentou me bater e eu achava que eu poderia combater com a mesma, com a mesma força dele, entendeu? Ele vançou, ele vançou ne mim uma vez, ele mim pegou pelo cabelo, ele mim rastou no chão. Eu vivi uma, uma vida com ele que acho que é ²⁶[..]. (pausa).

Como fica claro, Cristina assume que em algumas vezes tentava reagir às agressões. E quando ela diz que pensava poder combater com a mesma força que ele, está chamando a atenção para o aspecto físico e acaba que ressaltando aquela noção de que a mulher fisicamente é mais frágil do que o homem. E percebemos com Daolio (1995) que a própria construção do corpo feminino é cultural. Para tanto, as mulheres não são mais frágeis, o que acontece, é que culturalmente os homens são mais treinados de modo a se desenvolver no aspecto físico, ao passo que com as mulheres, isso na maioria das vezes, não ocorre,

[...] A diferença biológica entre os sexos, isto é, entre o corpo masculino e o corpo feminino, e especificamente, a diferença anatômica entre os órgãos sexuais, pode assim ser vista como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os gêneros e, principalmente da divisão social do trabalho [...] (BOURDIEU, 2005, p.20)

A diferença anatômica como se sabe, serviu e por vezes ainda serve para se tentar perpetuar a naturalização de uma diferença pautada na negatividade, tentando assim legitimar a “passividade e submissão” das mulheres, mas,

As mulheres não são passivas nem submissas. A miséria, a opressão, a dominação, por reais que sejam, não bastam para contar a sua história. Elas estão presentes aqui e além. Elas são diferentes. Elas se afirmam por outras palavras, outros gestos. Na cidade, na própria fábrica, elas têm outras práticas cotidianas, formas concretas de resistências à hierarquia, à disciplina que derrotam a racionalidade do poder, enxertadas sobre seu uso próprio do tempo e do espaço. Elas traçam um caminho que é preciso reencontrar uma história outra. Outra história. (PERROT, 1998, p.212).

²⁶ Entrevista com Cristina (nome fictício).

No caso de Cristina, muitas vezes ela reagia tentando se defender. Já com relação à Antônia, era os filhos que enfrentavam o pai em defesa da mãe e, segundo ela, ele a agredia e também aos filhos. No caso de Cristina, se apresenta outro agravante, o marido era alcoólatra e nos momentos de embriaguez é que aconteciam as agressões.

Com relação à pergunta se em alguma vez ela teria denunciado o agressor, a mesma revela que,

Só uma vez que o meu menino chamou a polícia para ele, mais eu nem quis deixá levá porque tava parece que ele tava bêbado [...]. A vida dele era querer jogar bola, era sair com a mulherzada, a gente ia falá pra ele, parece que o mundo ia caí em cima da cabeça dele, aí ele já começava, chutava as coisas. E com o passar do tempo, eu, eu fui transformando numa pessoa assim tão, tão traumatizada com aquilo, parece que eu nem conseguia saí da, de casa, cê entendeu? Era só tristeza, num tinha alegria pra nada, a gente nem saía junto, ele num saía mesmo. E toda vez quando a gente saía tamém, ele arrumava um, um pretexto com a gente na, na, nas ruas, então era uma situação²⁷. (pausa).

Cristina não teria deixado levar o agressor pelo fato dele estar bêbado. Aqui dá para perceber que a questão do alcoolismo é muito séria, é uma questão social também. Sabemos que este é um vício que precisa ser tratado. Pois neste caso, pode-se dizer que toda a família era vítima do álcool. Vale a pena ainda, questionar sobre quais os motivos levaria essa pessoa a se embriagar e nos momentos de embriaguez agredir esposa e filhos. Mas o fato, é que com embriaguez ou não, agressão é sempre agressão e não deve ser tolerada por motivo algum.

Antônia responde a mesma pergunta da seguinte forma,

Uma vez só. Porque foi o dia que ele me deu um murro na boca [...] e aí ele simplesmente tampou a minha boca e eu não conseguia respirar, eu fiquei molinha, aí o meu filho mais novo, mais velho, vendo isso, eu falei pra ele chamar a polícia, a polícia veio, mais sabe por que eu não deixei a polícia levar ele? Porque eu fiquei com dó da mãe dele. Eu não deixei, não dei queixa e aí depois disso, ele ficou uns tempos sem me agredir²⁸.

Seja por um motivo ou outro, as duas entrevistadas tiveram a polícia em casa, mas optaram por não deixar levar os agressores. É fato que na época em que as duas passaram por isso, ainda não existia a Lei Maria da Penha. O que se constata é que apesar de viver toda uma situação de violência, vários são os motivos que contribuem para muitas mulheres não

²⁷ Entrevista com Cristina (nome fictício).

²⁸ Entrevista com Antônia Eliane de Almeida, realizada em Agosto de 2010.

denunciarem seus agressores. Esses motivos são muito complexos, pode envolver a questão moral, religiosa, filhos, álcool entre uma infinidade de outros. E para a mulher conseguir romper com tudo isso, como se percebe não parece fácil.

Neste aspecto, nota-se que não apenas se exerce a violência física, mas também uma violência moral, psicológica e simbólica, pode-se dizer,

[...] A violência simbólica se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (e, portanto, à dominação) quando ela não dispõe, para pensá-la e para se pensar, ou melhor, para pensar a sua relação com ele, mais que de instrumentos de conhecimento que ambos têm em comum e que, não sendo mais que a forma incorporada da relação de dominação, fazem esta relação ser vista como natural; ou, em outros termos, quando os esquemas que ele põe em ação para se avaliar, ou para ver e avaliar os dominantes (elevado/baixo, masculino/feminino, branco/negro etc.), resultam da incorporação de classificações, assim naturalizadas, de que seu ser social é produto. (BOURDIEU, 2005, p.47).

Pode se inferir que a incorporação de classificações e definições de papéis na sociedade, embora não pareça claro, ela existe e inculca na cabeça das pessoas crenças e uma forma de enxergar as coisas, que em última instância são tidas como naturais. Logo, se são naturais, subtende que não é preciso lutar contra essas coisas, que afinal, “estão no lugar que deveriam estar.”

E com relação à forma que as mulheres e homens passam a ser vistos após a separação, na opinião das próprias entrevistadas as coisas são,

O homem como eles mesmos costumam dizer né, a própria sociedade diz que o homem, ele pode cair na lama que ele vai sair sempre limpinho, a mulher não. As pessoas começaram a me olhar, principalmente as mulheres casadas, eu ia tomar o marido delas. Eu freqüentava uma igreja e as irmãs se afastaram de mim, cum medo de eu tomar os maridos delas, mesmo! E algumas pessoas, aqui na cidade como o casamento apesar de tudo ele tem que ser, mesmo que seja de aparências, ele tem que ser mostrado como perfeito. Então você não pode demons trar isso, eu comecei a ser olhada como que, alguém que, uma mulher que tava procurando vida fácil, que eu ia caí na vida fácil, porque eu tava me separando do meu marido que era perfeito. Por que eu tava fazendo isso? Não me faltava nada, eu vestia, eu co mia, eu tinha carro, ele me dava tudo isso, porque eu tava fazendo aquilo? Que eu tava querendo o quê? Cair no mundão! Eram, foi esses alguns comentários que eu ouvi.²⁹

²⁹ Entrevista com Antônia Eliane de Almeida, realizada em Agosto de 2010.

Essa fala é perfeita para se delinear o quadro da nossa sociedade vilaboense. Pois de fato, é ainda muito visível que esta cidade conserva muito dessas coisas. É uma das mais gritantes delas é a questão da aparência. Pois manter as aparências parece ser o mais conveniente para todos. E com relação ao casamento, provavelmente muitos são os que ainda prevalecem à custa dessa aparência de tranquilidade e perfeição.

E por mais surreal que pareça, muitas mulheres convivem com a dor, o silêncio e quando resolvem fazer a denúncia, na maioria das vezes, são julgadas e questionadas pelas pessoas que não sabem nada de sua vida conjugal, mas mesmo assim, sentem -se no direito de dar opiniões e fazerem julgamentos. E isso não ocorre com a mesma intensidade nas grandes cidades, o que nos leva perceber que de certa forma o ritmo e a dinâmica da própria cidade propicia essas coisas.

O fato, é que o tema violência doméstica contra as mulheres na Cidade de Goiás, é muito relevante e precisa ser mais discutido, precisa ganhar mais visibilidade, para que assim muitas vítimas dessa mesma situação possam romper barreiras, quebrar tabus, denunciar e manter a cabeça erguida, afinal de contas,

Ainda sinto ainda muita tristeza, ainda, mais (pausa) a gente tem que sempre pensar em melhorá mais né. Deixá o que passou pra trás, levanta a cabeça e segui em frente, a vida também não pode parar porque você se separou de uma pessoa que só vivia te agredindo.³⁰

Apesar de todas as dificuldades que se apresentam de fato a vida não pode parar frente uma separação. É evidente que neste local, haverá julgamentos, comentários e também é evidente que isso causa dores. No entanto, o maior desafio que se apresenta para essas mulheres é conseguir superar isso. E é superando os obstáculos e vencendo as barreiras que as mesmas mostrarão as outras que ninguém deve viver sob torturas, porque a vida não consiste nisso. Até porque,

[...] Pelo contrário, é preciso assinalar não só que as tendências à “submissão”, dadas por vezes como pretexto para “culpar a vítima”, são resultantes das estruturas objetivas, como também que essas estruturas só de vem sua eficácia aos mecanismos que elas desencadeiam e que contribuem para a sua reprodução. O poder simbólico não pode se exercer sem a colaboração dos que lhes são subordinados e que só se subordinam a ele porque o constroem como poder [...]. (BOURDIEU, 2005, p. 52).

³⁰ Entrevista com Cristina.

Se esse poder simbólico não pode se exercer sem a colaboração dos subordinados, o primeiro e o mais importante passo a ser dado, talvez seja romper com todos esses dogmas pré-estabelecidos, com muitas noções de verdade e levar a sociedade a refletir a situação na qual está submersa. Pois,

Só uma ação política que leve realmente com todos os efeitos de dominação que se exercem através da cumplicidade objetiva entre as estruturas incorporadas (tanto entre as mulheres quanto entre os homens) e as estruturas de grandes instituições em que se realizam e se produzem não só a ordem masculina, mas também toda a ordem social (a começar pelo Estado, estruturado em torno da oposição entre sua “mão direita”, masculina, e sua “mão esquerda”, feminina, e a Escola, responsável pela reprodução efetiva de todos os princípios de visão e de divisão fundamentais, e organizada também em torno de oposições homólogas) poderá, a longo prazo, sem dúvida, e trabalhando com as contradições inerentes aos diferentes mecanismos ou instituições referidas, contribuir para o desaparecimento progressivo da dominação masculina. (BOURDIEU, 2005, p. 139).

A dominação masculina e imagens depreciativas em torno das mulheres, como se sabe, possuem raízes históricas. Várias foram as instituições que colaboraram e muitas, ainda colaboram para essas definições. Pode-se dizer então que o machismo em nossa sociedade foi cultural, histórico e socialmente construído. E,

O alcance educativo dessas compreensões, portanto, é tão grande que ninguém transforma nada, nem a si mesmo, se não conseguir ver as coisas de outra maneira. Nesse sentido não podemos concordar, então, com o fato de que a função do intelectual é conscientizar os outros, mas ao contrário, pensamos que estes outros precisam perceber que necessitam autoconscientizar-se. (SIEBERT, 1995, p. 37).

Vale ressaltar, que o fato de ser cultural, não pode se confundir com natural e cabe a todos problematizar e levar as instituições e pessoas a repensarem seus posicionamentos ideológicos. Obviamente não se pode prever um mundo “ideal”, mas dentro do mundo “real” poderemos tentar sentir o gozo de experimentar uma igualdade de direitos e deveres entre homens e mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tratar da violência contra as mulheres não é um tema fácil de lidar, pois vários são ainda os tabus que permeiam esse campo, contribuindo de forma substancial para o silêncio em torno da presente questão.

Mas em meio às dificuldades que permeiam até mesmo a pesquisa sobre esse objeto, o presente trabalho trouxe a tona uma discussão que ainda é timidamente abordada. Nessa discussão foram feitas algumas reflexões e Problematizações a cerca da violência doméstica contra as mulheres na Cidade de Goiás, no período compreendido de 1997/2009.

O intuito não foi buscar garantias de soluções para o problema, mas pensar sobre o que gera o mesmo e porque muitas mulheres ainda são submetidas a situações de violência. Dentre as propostas, também foi frisado o silêncio em torno da questão e as contribuições da Lei Maria da Penha para o local, bem como as polêmicas que geram em torno da mesma.

Para melhor se compreender o tema proposto, várias leituras serviram de suporte e foram fundamentais para se perceber que apesar de todas as mudanças positivas em nosso país, a condição feminina ainda continua sendo marginalizada. Uma condição que muitas vezes não é percebida como tal, pois se camufla de modo a fazer crer que a marginalização não existe mais.

Não somente as leituras, mas também as pesquisas revelaram muitas coisas importantes para o desenrolar de tal discussão. Nas sensibilidades expostas pelas entrevistas, ficou bem visível que a violência psicológica, aliás, muito ignorada pela população local é uma questão muito séria, pois após uma experiência desta, a mulher fica num estado difícil de descrever, se nota que as marcas na sua alma e lembranças parecem tatuagens, muito difíceis de apagar.

Essa situação de marginalização que ainda se pauta na dominação masculina só é possível porque possui raízes históricas e culturais, raízes ainda tão profundas que ainda exerce grande influência na vida das pessoas. Neste particular, as instituições, sobretudo religiosas contribuem de forma grandiosa para que esse tipo de situação esteja tão presente no seio da sociedade.

Conclui-se que a violência que uma infinidade de mulheres sofre, ultrapassa as agressões físicas e adentram também no campo do psicológico, moral, patrimonial verbal e

simbólico. Fica visível que apesar dessa constatação, grande parte da população local tende a perceber somente a violência física, ignorando assim várias outras formas também presentes.

Com a instauração da Lei Maria da Penha, vagarosamente algumas mulheres vão sentindo amparadas e se encorajam a denunciar seus agressores. Entretanto, é notório que o número de vítimas que vão até a delegacia fazer uma ocorrência é bem menor do correspondente a realidade. Pois muitas ainda sofrem uma situação de violência doméstica, mas se silenciam, outras vezes são estimuladas a se silenciarem.

Pode se inferir que vários são os motivos que contribuem para que o tema proposto seja silenciado, dentre eles despontam com grande força a questão moral, tradicional, religiosa, sentimentos de vergonha, dentre outros. E nesse meio, existem muitas mulheres sofrendo, sendo vítimas cotidianamente de uma violência que infelizmente é legitimada pela cultura do machismo que ainda é muito presente na sociedade vilaboense.

REFERÊNCIAS

- ARENDDT, Hannah. *Da Violência*/ Hannah Arendt. Universidade de Brasília, 1995.
- BERGER, Peter L. *Perspectivas Sociológicas: uma visão humanística*; tradução de Donaldson M. Garschagen. Petrópolis, vozes, 1986. 208 p.
- BITTAR, Maria José Goulart. *As três faces de Eva*/ Maria José Goulart Bittar. Goiânia: Kelps, 2002. 258 páginas.
- BOURDIEU, Pierre, 1930 – 2002. *A Dominação Masculina*/ Pierre Bourdieu; tradução Maria Helena Kuhner. – 4ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand, Brasil, 2005.
- BRASIL, *Constituição da República Federativa do Brasil*. Texto Constitucional promulgado em 5 de Outubro de 1998, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais de revisão nº1/92 a 56/2006 e pelas emendas Constitucionais de revisão nº1 a 6/94. Brasília: Senado Federal Subsecretaria de edições Técnicas, 2008.
- BRUHNS, Heloisa Turini: *Corpos Femininos na Relação com a Cultura*/ Heloisa Turini Bruhns. In: *Corpo, Mulher e Sociedade*/ Romero, Elaine (org.) Campinas. SP, Papirus, 1995.
- CAMPOS, Lidiany Mendes. *A Mulher Enquanto Sujeito Passivo e Ativo Do Crime Em Goiânia*/ Lidiany Mendes Campos, Goiânia-2002.
- CARVALHO, Denise (elaboração). *Publicação da Secretaria de políticas para Mulheres e Promoção da Igualdade racial* – SEMIRA. Goiânia, 2008.
- CORALINA, Cora, 1889 – 1985. *Melhores Poemas*/ Cora Coralina: seleção Darcy França Denófrío. São Paulo: Global, 2004. (Coleção Melhores Poemas/ direção Edna Van Steen).
- CUNHA, Manuel Sérgio vieira e. *Corpo, Mulher e Sociedade... Ou Uma Certa Prática*/ Manuel Sérgio Vieira e Cunha. In: *Corpo, Mulher e Sociedade*/ Romero, Elaine (org.) Campinas. SP, Papirus, 1995.
- DAOLIO, Jocimar. *A Construção Cultural do corpo feminino ou o risco de transformar meninas em “Antas”*./ Jocimar Daolio. In: *Corpo, Mulher e Sociedade*/ Romero, Elaine (org.) Campinas. SP, Papirus, 1995.
- DEL PRIORE, Mary. *Repensando A mulher na História do Brasil*/ Mary Del priore. 4ª Ed. São Paulo: Contexto, 1994 – (Coleção repensando a História).
- GOELLNER, Silvana Vilodre; PILOTTO, Fátima Maria; ALTMANN, Helena e VIEIRA, Patrícia Rodrigues de Borba. *Cães, Mulheres e Nogueiras, Quanto mais se Bate, Melhor ficam*. / Silvana Vilodre Goellner; Fátima Maria pilotto; Helena Altmann e Patrícia Rodrigues

- de Borba Vieira. In: *Corpo, Mulher e Sociedade/ Romero, Elaine (org.)* Campinas. SP, Papirus, 1995.
- KOFES, Suely. *Uma trajetória, em narrativas/ Suely Kofes*. Campinas, S P: Mercado de Letras, 2001.
- LUTZ, Bertha, CARVALHO, Carmem e BASTOS, Ormindia (orgs.). *A federação Brasileira Pelo Progresso Feminino*. Publicação de nº 12, 1930.
- MARÇAL, Juliane Corrêa. *Progestão: Como Promover a Construção coletiva do projeto pedagógico da escola? Módulo III / Juliane Corrêa Marçal, José Vieira de Souza; coordenação geral Maria Anglaê de Medeiros Machado*. Brasília: CONSED – Conselho Nacional de Secretários de educação, 2001.
- MOORE, Henrietta L. *Fantasia de poder e fantasias de identidade: gênero, raça e violência*. Cadernos pagu (14) 2000.
- NOGUEIRA, Claudia Mazzei. *A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização/ Claudia Mazzei Nogueira*. Campinas. SP: Autores Associados, 2004.
- PATEMAN, Carole. *O Contrato Sexual/ Carole Pateman; Tradução Marta, Avancini*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. Michelle Perrot; tradução Denise Bottmann – Rio de Janeiro: Paz e terra, 1988.
- POLLAK, Michael. *Memória e Identidade Social/ Michael Pollak*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 05, 1992.
- PROST, Antoine e VICENT, Gérard (orgs.). *História da Vida privada: da Primeira Guerra aos nossos Dias; tradução de Denise Bottman*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- RAMINELLI, Ronald. *Eva Tupinambá /Ronald Rminelli*. In: *História das Mulheres no Brasil DEL PRIORE, MARY (org.); BASSANEZI, Carla (coord. De textos) 2ª ed.* São Paulo, Contexto, 1997.
- RAMOS, Lúcia. *Crimes de Maria: Um Estudo Sobre a Criminalidade feminina na Cidade de Goiás Durante a Segunda Metade do Século XX*.
- RAGO, Margareth. *Trabalho Feminino e Sexualidade/Margareth Rago*. In: *História das Mulheres no Brasil DEL PRIORE, MARY (org.); BASSANEZI, Carla (coord. De textos) 2ª ed.* São Paulo, Contexto, 1997.
- RODRIGUES, Marly. *O Brasil na Década de 1910 A fábrica e a rua, dois palcos de luta*. Ática, SP, 1997.
- ROMERO, Elaine. *A Arquitetura do Corpo Feminino e a Produção do Conhecimento / Elaine Romero*. In: *Corpo, Mulher e Sociedade/ Romero, Elaine (org.)* Campinas. SP, Papirus, 1995.

SIEBERT, Raquel Stela de Sá. *As Relações de Saber-Poder Sobre o Corpo/ Raquel de Sá Siebert*. In *Corpo, Mulher e Sociedade/ Romero, Elaine (org.)* Campinas. SP, Papirus, 1995.

SILVA, Maritza Maffei. *Mulher, Identidade Fragmentada/ Maritza Maffei da Silva*. In *Corpo, Mulher e Sociedade/ Romero, Elaine (org.)* Campinas. SP, Papirus, 1995.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais/ Tomaz Tadeu da Silva(org.) HALL, Stuart Kthryn Woodward* – Pretopólís, RJ: Vozes, 2000.

SILVA, Maria da Conceição. *Catolicismo e Casamento Civil em Goiás, 1860-1920*. Goiânia: Ed. Da UCG, 2009.

SILVA, Ana Laura e GONÇALVES, Laís. Ações Afirmativas. *Jornal a ponte*, p. 05, Goiás, 2009.

SINTEGO, Lei Maria da penha “Tá na hora de marcar um encontro com você mesma...”
Goiânia

SOIHET, Rachel. *Mulheres Pobres e Violência no Brasil Urbano/ Rachel Soihet*. In: *História das Mulheres no Brasil DEL PRIORE, MARY(org.); BASSANEZI, Carla(coord. De textos)* 2ª ed. São Paulo, Contexto, 1997.

SOIHET, Rachel. *História das Mulheres/Rachel Soihet*. In: *Domínios da História, Ensaio de teoria e metodologia. FLAMARION, Ciro e VAINFAS, R. (orgs.)* 5ª ed. Campus, 1997.

STUDART, Heloneida. *A Mulher Brinquedo do Homem?Vozes*, Rio de Janeiro, 1969.

SWAIN, Tania Navarro. *A Invenção do corpo Feminino ou “A Hora E a Vez do Nomadismo Identitário?”Feminismos: Teorias e Perspectivas. Textos de História: Revista do programa de pós Graduação da UnB, Brasília: UnB, 2000, vol. 8*

TELLES, Norma. *Escritoras, Escritas, Escrituras/ Norma Telles*. In: *História das Mulheres no Brasil DEL PRIORE, MARY (org.); BASSANEZI, Carla (coord. De textos)* 2ª ed. São Paulo, Contexto, 1997.

TEJOTA, Betinha. É Tempo de ampliar a participação da mulher na política. Artigo da deputada Betinha Tejota, publicado no jornal Diário da Manhã, ed. De 06/09/2009. Extraído da assembléia Legislativa do estado de Goiás, Setembro de 2009. Disponível em: [HTTP://WWW.jusbrasil.com.br](http://www.jusbrasil.com.br) acesso: 17/10/2010.

Entrevistas

Nome	Idade	Data
Antonia Eliane de Almeida	37	03/08/2010
J A Q	Não revelada	03/10/2010
Silvanio Divino de Alvarenga	Não revelada	13/04/2009

ANEXOS

Dados de livros de ocorrências diversas da Delegacia Municipal de polícia (1997/2009)

Ocorrência nº 99/97

Data: 09/03/97

Local: Alto Santana

Assunto: Lesões corporais (queimaduras)

Vítima³¹: D. C.

Nacionalidade: Brasileira

Estado civil: Solteira

Profissão: gari

Agressor: Seu irmão, S. F. de S.

O agressor atirou contra a vítima uma panela cheia de gordura quente.

Ocorrência nº 299/97

Assunto: agressões

Data: 28/09/97

Comunicante: R. M. R. de S. O

Profissão: auxiliar de serviços gerais

Agressor: Seu marido, S. S de O.

No dia 28/09/97 a comunicante foi vítima de agressões por parte de seu marido, o qual lhe deu tapas, puxou lhas os cabelos e tentou enforcá-la. A comunicante informa que antes ele agrediu sua filha com tapas no rosto, ela tentou interferir e foi também agredida.

Ocorrência 233/2002

Assunto: Ameaça e lesão corporal

Comunicante: V. F. M.

Profissão: Do lar

Comunicou que viveu maritalmente com a pessoa de C. R. da S. por nove anos, advindo dessa união Três filhos. A comunicante esclareceu que sempre ele a agredia devido ao seu constante estado de embriaguez. Dia 10/06/2002, ele chegou em casa embriagado e disse a ela que iria matar seus filhos e depois a mataria. Com o barulho, um de seus filhos acordou (seis anos) e

³¹ Para preservar a identidade dessas pessoas, serão colocadas apenas as iniciais dos nomes.

foi agredido pelo pai, depois o agressor rasgou a blusa da comunicante, apertou o seu pescoço, deu lhe uma mordida no braço esquerdo. Ela deixou a casa levando os filhos e C. a ameaçou de morte no momento em que ela arrumava as coisas para sair.

Ocorrência 290/2006

Natureza: Lei 11.340. 2006, art. 12, I

Local do fato: Rua Benedito Pereira Cintra

Data do fato: 17/10/2006

Comunicante: M. D. P. S.

Ocorrência nº 156/2006

Assunto: Tentativa de homicídio

Local: Setor Rio vermelho

Data: 31/03/2002

Comunicante: T. A. A. S. (filha da vítima)

Agressor: S. (amásio da mãe da comunicante)

Vítima: M. A. A. S.

A vítima havia brigado com S. e este a agrediu, com um corte profundo na cabeça, uma perfuração no peito esquerdo e a mão esquerda quase decepada. Com o corte na cabeça a vítima desmaiou e quando acordou se encontrou trancada e o agressor havia fugido. Então ela saiu pelos fundos e pediu socorro na casa da filha. A filha a levou para o hospital São Pedro de Alcântara e ela foi encaminhada para o Hugo em Goiânia devido a gravidade dos ferimentos.

Ob: O caso foi arremessado ao poder judiciário art. 121, c / c14, in. II CPB – nº 028/02
01/04/02

Ocorrência nº 29/2007

Natureza: Ameaça e lesão corporal (violência doméstica)

Local: Rua santa Marta

Data do fato: 28/01/2007

Comunicante: R. S. M

Local do fato: Rua 03, Goiás II

Data do fato: 04/01/

Ocorrência nº 139/2007

Natureza: Lesão corporal (Lei Maria da Penha)

Local do fato: Rua Maximiano Mendes

Data: 16/04/2007

Comunicante: L. A. S.

Ocorrência nº 425/2007

Natureza: Lesão corporal (Lei 11.340/06)

Local do fato: Vila Lyons

Comunicante: R. N. L.

Ocorrência nº 280/2008

Data de registro: 31/08/2008

Tipificação provisória: CPB art. 147 caput: ameaça

Data: 30/08/2008

Local do fato: Pousada do Ipê _ Centro

Vítima: W, N. da S.

Estado civil: União estável/ 2º grau completo

Profissão: Do lar

Suposto autor: R. de m. B.

Atividade econômica e grau de instrução não informada. O suposto autor viveu com a vítima por nove anos e possuem uma filha de seis anos.

Ocorrência nº 279/2008

Data do registro: 30/08/2008

Tipificação provisória: Incêndio doloso

Local do fato: Rua Jaraguá, Setor Bacalhau

Vítima: L. de S. B

Estado civil: casada

Profissão: Do lar

Suposto autor: R. G., marido da vítima.

Ocorrência nº 115/2009

Data do registro: 17/04/2009

Tipificação: Lesão corporal

Data do fato: 17/04/2009

Local do fato: Rua Carioca

Vítima: R. G. R.

Estado civil: União estável

Profissão: Doméstica

Suposto autor: V. S. do e. S

Profissão: cabeleleiro

O suposto autor é amásio da vítima já há treze anos e possuem um filho de oito anos.

Ocorrência nº 102/2009

Natureza: Lesão corporal (Lei Maria da Penha)

Data: 11/04/2009

Local do fato: Vila Lyons

Comunicante: R. R. L.